NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Kroton"), com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte – MG, e suas controladas (em conjunto, o "Grupo") têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância; editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdo educacionais, literários e informativos e sistemas de ensino; ofertar, por meio de suas escolas, educação básica, cursos preparatórios pré-universitários, cursos de idioma para crianças e adolescentes; soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; a assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de *software* para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

O Grupo possui 72 empresas, incluindo a Kroton Educacional S.A., e é composto por 15 mantenedoras de instituição de ensino superior, (dessas, 14 constituída sob a forma de sociedade anônima), 157 unidades de Ensino Superior, presentes em 15 estados e 74 cidades brasileiras, além de 1.180 Polos de Graduação EAD credenciados pelo MEC, localizados em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

A Companhia é listada na B3. – Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código KROT3 onde negocia suas ações ordinárias.

A Companhia exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas: Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE") e Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Anhanguera").

Durante o ano de 2018, a Companhia continuou seguindo seu plano de crescimento e expansão com (i) abertura de 20 unidades novas no ensino de graduação presencial; (ii) ampliação da parceria com polos de educação a distância; (iii) aquisição de 2 escolas de educação básica nas cidades de Vitória - ES e Manaus – AM; (iv) aquisição de 2 universidades nas cidades de Fortaleza - CE e Bacabal - MA e (v) aquisição do Grupo Somos, composto por 54 empresas, e um faturamento de R\$1,8 bilhões em 2017.

O Grupo Somos também tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&F BOVESPA com o código SEDU3.

O Grupo Somos têm como principais atividades (i) editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdo educacionais, literários e informativos e sistemas de ensino; (ii) ofertar, por meio de suas escolas, educação básica, cursos preparatórios pré-universitários, cursos de idioma para crianças e adolescentes; (iii) soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar. O portfólio completo de soluções

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

está estruturado com as principais marcas, referências de qualidade, Editora Ática, Editora Scipione, Editora Saraiva, Editora Érica, Anglo, pH, SER, GEO, OLEM, Ético, Colégio pH, Sigma, Motivo, Maxi, Anglo 21, Colégio Integrado, Red Balloon e Alfacon.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de março de 2019.

2. PRINCIPAIS POLITICAS CONTÁBEIS

As principais politicas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercício apresentados, exceto pelo descrito na nota 2.2.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS*), *emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB*)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

c) Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10 de janeiro de 2018:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. O IFRS 15 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Administração avaliou a nova norma e não identificou impactos nas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas principais transações financeiras. Foram analisados diversos contratos de prestação de serviço, identificando todos os direitos de cada parte, assim como as obrigações, termos de pagamento e tipos de serviços ou produtos em cada contrato individual. Com base nessas analises, a Companhia entendeu que não existem impactos adicionais na adoção do IFRS 15.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

para adoção da contabilidade de hedge.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por aplicações financeiras, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (Nota 7), contas a receber de clientes (Nota 9), ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9/CPC 48 não resultou em modificações significativas nas políticas contábeis da Companhia, tendo em vista a natureza de suas transações.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por debêntures de emissão da Companhia (Nota 15) e contas a pagar por aquisições (Nota 18), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, a adoção do IFRS 9/CPC 48 não resultou em alteração significativa nas políticas contábeis da Companhia, tendo em vista a natureza de suas transações.

Após a análise da nova Norma contábil, a Companhia julgou que não existem impactos relevantes na adoção da norma. Adicionalmente, vale citar que a Companhia já pratica o conceito de perda esperada para quantificar, medir e avaliar a PLCD, assim como não tem hedge de qualquer tipo, por limitação do Conselho Financeiro e não possui instrumentos financeiros com alto grau de complexidade.

2.3. Reapresentação de cifras comparativas

Os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade em função: (i) da reclassificação do ágio decorrente da aquisição do Colégio Cidade Jardim, o qual já foi anteriormente incorporado pela Saber Serviços Educacionais S.A. ("Saber") no valor de R\$ 6.889, na controladora e (ii) da compensação de ativos e diferidos passivos em uma mesma empresa legal no valor de R\$447.327, no consolidado, como segue:

			Controladora			Consolidado
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial Ativo não circulante	15.987.080	-	15.987.080	15.131.621	(447.327)	14.684.294
Imposto de renda e contribuição social						
diferidos				689.208	(447.327) (i	i) 241.881
Investimento	15.878.784	(6.889) (i)	15.871.895			
Intangível	63.434	6.889 (i)	70.323			
Total do ativo	16.190.160		16.190.160	18.667.762	(447.327)	18.220.435
Passivo não circulante Imposto de renda e	803.564		803.564	2.114.502	(447.327)	1.667.175
contribuição social diferidos	694.320		694.320	1.370.041	(447.327) (i	i) 922.714
Total do passivo	982.434		982.434	3.460.036	(447.327)	3.012.709

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direto a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota 2.4 (d) e as seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

c) Combinação de negócios

Em conformidade com as disposições do CPC 15 - Combinações de negócio as aquisições são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

d) Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

	Participaçã	
	capital tota	
Sociedades consolidadas	<u>31/12/2018</u> <u>3</u>	1/12/2017
Controlada direta:		4.00
AESAPAR - Anhanguera Educacional Participações S.A.	100	100
Controladas indiretas AESAPAR:	400	
AESA- Anhanguera Educacional Ltda.	100	100
AESAPRO - Clínica Médica Anhanguera Ltda.	100	100
FIDC - Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos	100	100
Creditórios		
Juspodivm - Instituto Excelência Ltda.	100	100
Edufor - Edufor serviços educacionais Ltda.	100	100
ICF - Sociedade Piauiense de Ensino Superior Ltda.	100	100
Fateci - Fateci Cursos Técnicos S/S. (i)	100	-
Clauder - Clauder Ciarlini Filho S/S. (i)	100	-
SEPA - Sociedade Educacional da Paraíba Ltda. (i)	100	-
FEBAC - Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda. (i)	100	-
Controlada direta:		
EDE - Editora e Distribuidora Educacional S.A.	100	100
Controladas indiretas EDE:		
Ceama - Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda.	99,99	99,99
Fais - Faculdade Integradas de Sorriso Ltda.	99,99	99,99
Fama Macapá - União de Faculdades do Amapá Ltda.	99,99	99,99
Iuni - Iuni Educacional Ltda. (ii)	-	100
Orme - Orme Serviços Educacionais Ltda.	99,99	99,99
Pax - Pax Editora e Distribuidora Ltda.	99,99	99,99
Projecta - Projecta Educacional Ltda.	99,99	99,99
Pses - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade Ltda.	99,99	99,99
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	99,99	99,99
União - União de Ensino Unopar Ltda.	99,99	99,99
Unic Educacional - Unic Educacional Ltda.	99,99	99,99
Unime Salvador - Iuni Educacional - Unime Salvador Ltda.	99,99	99,99
Unirondon – União Educacional Candido Rondo Ltda. (ii)	-	99,99
Unime LF - União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e	99,99	99,99
Cultura Ltda.	,,,,,	77,77
Controladas indiretas Saber:		
Lato Sensu I - Núcleo Brasileiro De Estudos Avançados Ltda. (i)	100	-
Manauara - Colégio Manauara Latu Sensu Ltda. (i)	100	-
Leal e Sanches - Sanches Serviços De Educação Ltda. (i)	100	-
Lato Sensu II Centro De Educação Do Norte Do Brasil. (i)	100	_
CELV - Centro Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. (i)	100	-
Da Vinci - Vinci Serviços Educacionais Ltda. (i)	100	-
Somos - Somos Educação S.A. (i)	73,35	-
Controladas indiretas Somos:		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Maxiprint Editora Ltda.	100,00	-
Somos Educação Investimentos S.A.	100,00	-
Anglo - Somos Sistemas de Ensino S.A.	100,00	-
Stood Sistemas e Treinamento à Distância Ltda.	100,00	-
ACEL("Sigma") - Administração de Cursos Educacionais Ltda.	100,00	-
Colégio Integrado Jaó Ltda.	100,00	-
Colégio Motivo - Colégio Motivo Ltda.	100,00	-
ECSA - Escola a Chave do Saber S/S Ltda.	100,00	-
Editora Ática S.A.	100,00	-
Editora Joaquim Ltda.	100,00	-
Editora Pigmento Ltda.	100,00	-
Editora Scipione S.A.	100,00	_
Editora Todas as Letras Ltda.	100,00	-
APProva - Educação Inovação e Tecnologia S.A	100,00	_
Escola Master Christi Ltda.	100,00	-
ETB Editora Técnica do Brasil Ltda.	100,00	_
Jafar Sistema de Ensino e Cursos Livres S.A.	49,00	-
Livraria Livro Fácil Ltda.	100,00	_
Nice Participações S.A.	100,00	-
Papelaria Brasiliana S.A.	100,00	-
Saraiva Educação S.A.	100,00	_
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	100,00	-
Sistema P.H. de Ensino Ltda.	100,00	_
Anglo 21 - Sociedade Educacional Doze de Outubro Ltda.	100,00	_
Maxi Cuiabá - Sociedade Educacional Paraná Ltda.	100,00	-
Red Ballon - Somos Idiomas S.A.	100,00	-
Somos Operações Escolares S.A.	100,00	-
Sociedade Educacional de Rondonópolis Ltda.	100,00	-
Sociedade Rondopolitana de Educação Ltda.	100,00	-
Sociedade Educacional NEODNA Cuiabá Ltda.	100,00	-
CEI - Centro de Educação Integrada Ltda.	51,00	-
Escola Infantil Primeiros Passos EIRELI	51,00	-
SL Noventa Centro Educacional EIRELI	51,00	-
Escola Santo Inácio Ltda.	100,00	-
Cursos e Colégios Coqueiros Ltda.	100,00	-
Escola Rio Doce Ltda.	100,00	-
Colégio Ambiental Ltda.	100,00	-
Colégio Visão Ltda.	100,00	-
Colégio Cidade Ltda.	100,00	-
Colégio do Salvador Ltda.	100,00	-
Controlada direta:		
SB Sistemas (i)	100,00	-

- (i) Empresas adquiridas no exercício de 2018 conforme nota 4.
- (ii) Empresa incorporada pela EDE no exercício de 2018.

2.5. Apresentação de relatórios por segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Diretoria Executiva considera o negócio da perspectiva dos serviços prestados: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior EAD e Educação Básica.

2.6. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.7. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.9. Ativos financeiros

2.9.1. Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA);
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os investimentos em títulos de dividas que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado (Nota 6).

2.9.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

2.9.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência do Grupo ou da contraparte.

2.9.4. Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de credito.

Para os contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, conforme descrito na nota 10(c).

2.9.5. Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros, a nova norma foi adotada pelo Grupo a partir de 1º. de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

(a) Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo classificava seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros eram apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(b) Reconhecimento e mensuração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC 48.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

(c) Impairment de ativos financeiros

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment seriam incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivessem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderia mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

2.10.Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "*impairment*" de ativos financeiros ao custo amortizável.

Normalmente, na prática, o contas a receber é reconhecido ao valor faturado e ajustado ao valor de realização. O contas a receber de clientes decorrentes de operações de longo prazo é ajustado a valor presente.

2.11.Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avalição dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projetos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção.

A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos.

2.12.Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	4,4
Móveis, equipamentos e utensílios	10,3
Biblioteca	10
Edificações e benfeitorias	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado.

2.13. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis.

b) Programas de computador (software) e desenvolvimento de projetos internos

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

c) Marcas registradas

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 20 a 30 anos.

d) <u>Licença de operação e parceira de polo</u>

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto próprio quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

e) Relações contratuais com clientes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

f) Relacionamento não contratual com cliente

O Relacionamento não contratual com clientes, ou carteira de alunos, representa um ativo intangível chave que é separável e com valor distinto dos ativos tangíveis adquiridos e do ágio. O Relacionamento não contratual com clientes tem vida útil definida de 13 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

2.14. "Impairment" de ativos não financeiros

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de impairment, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou: (i) Ensino superior presencial, (ii) Ensino superior a distância (EAD), (iii) Soluções Educacionais para Ensino Básico (K12), (iv) Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior (SETS) e (v) Escolas Próprias, Cursos Pre-Vestibulares e Idiomas.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.15.Fornecedores (incluindo Risco Sacado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil especifica denominada "Fornecedores – risco sacado".

2.16.Empréstimos e financiamentos e debêntures.

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

2.17. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18. Passivos assumidos na combinação de negócio

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros provisiona os passivos assumidos na combinação de negócio é reconhecidas quando a Companhia encontra a potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das sociedades adquiridas.

A Companhia reconhece, contabilmente, as potenciais obrigações resultantes de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

2.19.Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado.

O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As entidades de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas Sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

2.20.Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem opções de compra de ações com potenciais efeitos diluidores.

2.21.Benefícios a empregados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.21.1. Programa de opção de compra de ações

O Grupo oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos o programa de opção de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

2.21.2. Plano de outorga de ações restritas

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2018, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto. (Nota 26)

2.22.Arrendamentos

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Essa prática será atualizada a partir de 1 de janeiro de 2019, em atendimento ao IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil conforme descrito na nota 2.26.

2.23. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.24. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido atendidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita do Grupo consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais (pagamentos), no final do semestre letivo.

As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: a existência de um contrato válido e assinado, o valor dos serviços é facilmente identificável e é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Companhia realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância — EAD, é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas tele-presenciais um percentual entre 25% e 36%, que varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos das partes integrantes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma, a receita é reconhecida apenas sobre parcela referente à participação da Companhia e suas controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criado um contas a pagar para os polos parceiros.

A receita com prestação de serviços e de educação básica, substancialmente da mensalidade de colégios e cursos de idiomas e preparatórios, é reconhecida pelo prazo de duração dos mesmos.

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

c) Receitas financeiras

As receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira, sendo esta calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

d) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A receita de royalties no Grupo refere-se substancialmente aos contratos de franquia mantidos pela controlada Red Balloon com sua rede de franqueados.

2.25.Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras nas datas dos balanços, com base no previsto em seu Estatuto Social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado após aprovação pela AGE.

2.26.Novas normas que ainda não estão em vigor

A seguinte norma foi divulgada pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC).

IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil: Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

A Administração da Companhia efetuou a identificação dos contratos vigentes, avaliando se estes contêm ou não arrendamento em face das novas regras contábeis presentes no IFRS 16. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinadas em contratos de serviços.

Neste cenário, todos os arrendamentos contratados pela Companhia impactarão as próximas demonstrações financeiras conforme segue:

- a) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- b) reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração consolidada do resultado; e
- c) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentado nas atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Por outro lado, os requisitos para a contabilização de arrendadores permanecerão praticamente inalterados. Entretanto, em casos de subarrendamento, o arrendador intermediário é requerido a classificar suas operações de sublocação como arrendamentos financeiros ou operacionais tomando como referência o ativo de direito de uso decorrente do arrendamento principal, e não por referência ao ativo subjacente como estipulado anteriormente pela IAS 17.

A Companhia aplicará os requisitos da IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2019, selecionando como método de transição a abordagem simplificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial deste novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares conforme permitido pela IFRS 16. Estes valores serão apresentados como outras despesas na demonstração consolidada do resultado a partir da adoção inicial do novo pronunciamento.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos serão utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;
- ➤ Não será realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma;
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso;
- ➤ Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos onde o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

A adoção da norma resultará no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no montante estimado de R\$ 3.170.284 em 1º de janeiro de 2019. O maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de edifícios utilizados pelas unidades educacionais, com prazos de vigência de até 20 anos. Os montantes apurados até o encerramento destas demonstrações financeiras que representam um acréscimo no passivo e no ativo de direito de uso, estão abaixo apresentadas:

Classe de Ativo	Valor. Presente	Taxa de
Classe de Ativo	do Passivo (a)	Desconto (b)
Imobiliário	3.155.674	10,07%
Máquinas e Equipamentos	2.447	7,43%
Veículos	12.163	7,30%
	3.170.284	
	·	•

- (a) Passivo liquido dos impostos
- (b) Para determinação das taxas de desconto foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2018, as análises e os controles internos associados a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídos e customizados, estando pendente para sua conclusão, a definição de determinadas premissas. Desse modo, e tendo em vista a existência de componentes significativos de julgamento no novo pronunciamento contábil, entendemos que poderão ocorrer alterações nos valores apresentados, porém em magnitudes consideradas não relevantes pela Administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRITÍCOS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Grupo adotou estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir:

a) <u>Avaliação da existência de perda ("impairment") nos ágios, definição de UGCs e período de orçamento financeiro</u>

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentadas na Nota 2.14. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

As premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de impairment foram apreciadas e aprovadas pela Conselho de Administração, assim como as taxas utilizadas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos (Nota 24).

c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo e suas controladas. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

conforme descrito nas notas 2.18 e 22. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras (Nota 23).

d) Provisão para devedores duvidosos

Conforme descrito na Nota 2.12, a Companhia efetua análises do contas as receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização (Nota 10).

e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas (Nota 10 e 21).

f) Estoques – Provisão para obsolescência de estoque

A Grupo adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o aging de produção, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por este conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada conforme os períodos a seguir apresentados: (i) produzido há mais de 13 meses e até 24 meses – 50% do valor do estoque; (ii) produzido entre 25 e 36 meses – 80% do valor do estoque; e (iii) produzido há mais de 36 meses – 100% do valor de estoque (Nota 11)

g) Reconhecimento de receita

Para determinar o momento em que os três critérios para reconhecimento de receita, descritos na nota 2.23, são atingidos a Administração exerce seu julgamento, principalmente para aqueles títulos referentes a alunos com financiamentos como PEP e FIES (Nota 10 e 29).

Adicionalmente, como descrito na nota 2.24(b), para mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, a Companhia reconhece apenas a receita sobre parcela referente à sua participação.

h) Alocação de preço de aquisição – Combinação de negócios e tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participação remanescentes de não controladores

Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração utiliza premissas (taxa de crescimento, projeções, taxa de desconto, vida útil, entre outros) as quais envolvem um nível significativo de estimas e julgamentos (Nota 4).

Adicionalmente, a Administração avaliou o tratamento contábil relacionado com o compromisso para aquisição de participação de acionistas não controladores (OPA), como descrito nas notas 4.3 e 35. A conclusão é de que se trata de obrigação legal/estatutária e, dessa forma, será reconhecida quando da adesão desses acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

4.1.Colégio Leonardo da Vinci

Em 10 de abril de 2018, a Saber concluiu a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social do Centro Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. ("CELV") e da Da Vinci Serviços Educacionais Ltda. ("Da Vinci"), em conjunto "Colégios Leonardo Da Vinci". O principal objetivo da aquisição é seguir o plano de expansão no setor de educação básica, por meio de empresas que sejam reconhecidas de alta qualidade no ensino.

A tabela a seguir apresenta a alocação do preço de aquisição entre o ágio de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis (carteira de clientes):

	CELV	DA VINCI
Passivos Líquidos (Nota 5)	63.178	16.837
Preço de aquisição	71.886	47.814
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado preliminarmente como ágio	135.064	64.651
Destinação do ágio		
Goodwill	109.159	42.156
Carteira de clientes	25.905	22.495
	135.064	64.651

A aquisição da CELV e Da Vinci teve como justificativa os seguintes fundamentos econômicos:

- a) aumentar o volume de receita com: i) a abertura de novas unidades com a marca Leonardo da Vinci utilizando a experiência dos colaboradores e o reconhecimento da qualidade de ensino prestado pelo Colégio Leonardo Da Vinci; e ii) prestação de novos serviços, como cursos extracurriculares, idiomas e ensino em período integral.
- b) Os Colégios Leonardo Da Vinci são reconhecidos como as melhores escolas do Estado do Espírito Santo, pois obteve a melhor nota do ENEM dos últimos anos naquele Estado.
- c) Os Colégios Leonardo Da Vinci possuem escola bilíngue, com convênios internacionais, permitindo que o aluno obtenha o diploma de "High school", o qual possibilita o ingresso em universidades do Estados Unidos das Américas.

Carteira de Clientes

Especificamente sobre a Carteira de Clientes, a administração, com o auxílio de empresa especializada em emissão dos laudos de alocação de preço de aquisição, pode constatar que existe um relacionamento regular e consistente entre os Colégios Leonardo Da Vinci e seus alunos por um período que permite determinar que a carteira atual de alunos é parte relevante do valor pago na aquisição. Desta forma, o relacionamento com alunos foi identificado como um ativo intangível adquirido na transação.

Considerou-se uma taxa de rotatividade ou de atrito (evasão de alunos em cada período), calculada a partir da perda média histórica da base de alunos de 8,3% a.a.. Já a vida útil remanescente foi estimada em 13,72 anos para a DA VINCI e 12,72 anos para a CELV, as quais foram calculadas considerando-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

se o critério de concentração de aproximadamente 90% do fluxo total gerado pelo ativo, caso tivesse uma vida útil indefinida.

Uma vez que o fluxo operacional da carteira de clientes depende de outros ativos de ambas empresas (ativos contributários) para a viabilização do seu benefício futuro, foram consideradas nos fluxos de caixas futuros, projetados para o ativo intangível "carteira de clientes", as respectivas remunerações de cada uma delas sobre esses ativos (capital de giro, ativo imobilizado e força de trabalho).

Ágio

As principais premissas utilizadas no Plano de Negócios que validou o ágio de rentabilidade futura, assim como forneceu subsídios para o cálculo do ativo intangível alocado em "carteira de clientes", foram: a) um crescimento médio do preço próximo à taxa de inflação futura, aproximadamente 5% ao ano; b) crescimento próximo a 3,5% ao ano, pelos próximos anos, no número de alunos considerando a abertura de novas turmas e novos cursos, utilizando capacidade instalada; c) redução de custo com melhor utilização da capacidade atual, além de sinergias devido ao novo patamar de volume de compras, considerando o potencial conjunto das demais unidades; e d) as demais premissas utilizadas no Plano de Negócios, como investimentos e capital de giro, seguem indicadores históricos.

Para o cálculo do valor presente do fluxo de caixa projetado do intangível, foi adotada uma taxa de desconto de 15,30% a.a. Essa taxa foi estimada com base no WACC - *Weighted Average Capital Cost* (Custo Médio Ponderado do Capital), calculado para os Colégios Leonardo Da Vinci, nos riscos associados ao intangível e no retorno estimado para os seus demais ativos.

O valor justo do ativo intangível contempla o cálculo do benefício fiscal gerado na possível amortização do referido valor justo do ativo pela sua vida útil estimada (TAB – Tax Amortization Benefit), levando em consideração sua aquisição por um potencial participante de mercado.

No caso especifico do ágio de rentabilidade futura, este se baseia no Plano de Negócios elaborado para a finalidade da aquisição, sendo que as principais premissas de negócios utilizadas foram consideradas pela administração como adequadas, pois pressupõem crescimentos na receita um pouco acima da taxa da inflação esperada para os próximos anos, visto que existe um potencial relevante de receitas adicionais utilizando a base instalada de alunos. Os demais itens de fluxo de caixa e taxas de descontos adotam as mesmas premissas anteriormente citadas.

4.2.Colégio Lato Sensu

Em 24 de setembro de 2018, a Saber concluiu a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social do Núcleo Brasileiro De Estudos Avançados Ltda. ("Lato Sensu I"), do Colégio Manauara Lato Sensu Ltda. ("Manauara"), de Sanches Serviços De Educação Ltda. ("Leal e Sanches") e do Centro De Educação Do Norte Do Brasil. ("Lato Sensu II"), em conjunto "Colégios Lato Sensu". O principal objetivo da aquisição é seguir o plano de expansão no setor de educação básica, por meio de empresas que sejam reconhecidas pela alta qualidade do ensino. O valor da aquisição é de R\$ 124.000 sendo R\$ 50.200 pagos à vista, 3 parcelas iguais de R\$ 15.300 com vencimento em setembro de 2019, 2020 e 2021, 2 parcelas iguais de R\$ 13.950 com vencimentos em setembro de 2022 e 2023 e R\$ 1.500 na forma de preço adicional, em valor variável a ser calculado com base em metas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras e operacionais pré-estabelecidas em contrato.

A tabela a seguir apresenta a alocação preliminar do preço de aquisição:

	Lato Sensu I	Manauara	Leal e Sanches	Lato Sensu II
Passivos Líquidos	468	140.277	(131)	6.457
Preço de aquisição	21.314	93.686	1.585	7.415
Ajuste a valor presente	(1.757)	(7.722)	(63)	(297)
Excesso do preço de aquisição sobre o				
valor justo classificado preliminarmente				
como ágio	20.025	226.241	1.391	13.575
Destinação preliminar do ágio				
Goodwill	7.587	171.569	258	8.278
Marcas	3.862	16.978	605	2.828
Carteira de clientes	8.576	37.694	528	2.469
	20.025	226.241	1.391	13.575
Destinação preliminar do ágio <i>Goodwill</i> Marcas	7.587 3.862 8.576	171.569 16.978 37.694	258 605 528	8.278 2.828 2.469

A aquisição dos Colégios Lato Sensu teve como justificativa os seguintes fundamentos econômicos:

- a) aumentar o volume de receita com: i) a abertura de novas unidades utilizando a experiência dos colaboradores e o reconhecimento da qualidade de ensino prestado pelos Colégios Lato Sensu; e ii) prestação de novos serviços, como cursos extracurriculares e período integral.
- b) Os Colégios Lato Sensu são reconhecidos como a melhor escola na cidade de Rio Branco, no estado do Acre.
- c) Os Colégios Lato Sensu possuem uma proposta pedagógica diferenciada e grande foco em qualidade, posicionando-se entre 1º e 2º colocado no ENEM no Estado do Amazonas em todos os últimos 10 anos. Além disto, é um dos maiores aprovadores nos vestibulares da UFA (Universidade Federal do Amazonas) e UEA (Universidade do Estado do Amazonas), tendo seus alunos consistentemente colocados entre os primeiros lugares gerais e primeiros lugares dos cursos mais concorridos destas instituições no mesmo período.

Carteira de Clientes

Especificamente sobre a Carteira de Clientes, a administração, com o auxílio de empresa especializada em emissão dos laudos de alocação de preço de aquisição, pode constatar que existe um relacionamento regular e consistente entre os Colégio Lato Sensu e seus alunos por um período que permite determinar que a carteira atual de alunos é parte relevante do valor pago na aquisição. Desta forma, o relacionamento com alunos foi identificado como um ativo intangível adquirido na transação.

Considerou-se uma taxa de rotatividade ou de atrito (evasão de alunos) em cada período calculada, a partir da perda média histórica da base de alunos de 5,5% a.a.. Já a vida útil remanescente foi estimada em 15 anos, as quais foram calculadas considerando-se o critério de concentração de aproximadamente 93,5% do fluxo total gerado pelo ativo, caso tivesse uma vida útil indefinida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Uma vez que o fluxo operacional da carteira de clientes depende de outros ativos de ambas empresas (ativos contributários) para a viabilização do seu benefício futuro, foram consideradas nos fluxos de caixas futuros, projetados para o ativo intangível "carteira de clientes", as respectivas remunerações de cada uma delas sobre esses ativos (capital de giro, ativo imobilizado e força de trabalho).

Ágio

Para o cálculo do valor presente do fluxo de caixa projetado do intangível, foi adotada uma taxa de desconto de 19% a.a. Essa taxa foi estimada com base no WACC - *Weighted Average Capital Cost* (Custo Médio Ponderado do Capital), calculado para a os Colégios Lato Sensu, nos riscos associados ao intangível e no retorno estimado para os seus demais ativos.

O valor justo do ativo intangível contempla o cálculo do benefício fiscal gerado na possível amortização do referido valor justo do ativo pela sua vida útil estimada (TAB – Tax Amortization Benefit), levando em consideração sua aquisição por um potencial participante de mercado.

No caso especifico do ágio de rentabilidade futura, este se baseia no plano de negócios elaborado para a finalidade da aquisição, sendo que as principais premissas de negócios utilizadas foram consideradas pela administração como adequadas, pois pressupõem crescimentos na receita um pouco acima da taxa da inflação esperada para os próximos anos, visto que existe um potencial relevante de receitas adicionais utilizando a base instalada de alunos. Os demais itens de fluxo de caixa e taxas de descontos adotam as mesmas premissas anteriormente citadas.

Marcas

Em relação as marcas, a administração com o auxílio de empresa especializada, constatou que as marcas possuem valor econômico, uma vez que possuem diferencial competitivo em seu segmento de atuação.

(i) Receita liquida

Foi projetada considerando o relacionamento contratual com clientes já existentes na data-base, ou seja, desprezando-se novos clientes, corrigida pelo (IPCA).

(ii) Taxas de Royalty

Foram realizados estudos de benchmark de taxas de Royalty para marcas de empresas de mercados com atividades semelhantes que resulta em um intervalor de, 6% a 7%.

(iii) Taxa de desconto

Foi utilizada uma taxa de desconto de 19,1% a.a., em R\$ e em termos nominais (considerando o efeito da inflação), equivalente a taxa de desconto (WACC) de 19%.

A administração concluiu que as marcas possuem vida útil indefinida. Entretendo, com base em uma perspectiva de um participante do mercado, foi assumida uma vida útil de 20 anos do fluxo de caixa gerado pelo ativo intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.3. Somos Educação S.A.

Em 23 de abril de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para compra de participação societária representando o controle da Somos Educação S.A. ("Somos").

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a operação no dia 19 de setembro de 2018 e a Companhia concluiu a operação em 11 de outubro de 2018, tendo por vendedores determinados fundos de investimentos geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("Vendedores").

Dessa forma a Companhia, através de sua controlada Saber, adquiriu dos Vendedores 192.275.458 ações ordinárias de emissão da Somos, que representam aproximadamente 73,35% do capital social total e votante da Somos, ao preço de R\$ 23,75 por ação, totalizando R\$ 4.566.542 ("Preço"). Após ajustes acordados entre as partes, o montante de R\$ 7.702 foi deduzido, de forma definitiva, da parcela retida do Preço, de forma que, na data da aquisição, foram pagos R\$ 4.116.542, e R\$450.000 serão pagos mediante depósito nas contas vinculadas em nome dos Vendedores.

No dia 8 de novembro de 2018, a Saber submeteu à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão o pedido de registro de oferta pública obrigatória para a aquisição das ações remanescentes de emissão da Somos cumulados com pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Somos perante a CVM ("OPA") e consequente saída da SOMOS do Novo Mercado.

A SOMOS atua no mercado brasileiro de educação através de três grandes unidades de negócios: (i) Soluções Educacionais para Ensino Básico ("K12"); (ii) Escolas Próprias, Cursos Pré-Vestibulares e Idiomas e (iii) Soluções para Ensino Técnico e Superior ("SETS").

A tabela a seguir apresenta a alocação preliminar do preço de aquisição:

	Somos Educação
Ativos Líquidos	(408.875)
Preço de aquisição	4.566.542
	4.157.667
Passivos assumidos - Risco Possível	2.175.389
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado preliminarmente como ágio	6.333.056
Destinação do ágio	
Goodwill	4.077.820
Marca	1.224.975
Carteira de clientes	77.487
Carteira de clientes - Não contratual	906.255
Estoque mais valia	46.519
	6.333.056

A aquisição da SOMOS teve como justificativa os seguintes fundamentos econômicos:

a) promover a complementariedade da atuação no segmento de educação básica brasileiro;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) complementar a estratégia de crescimento por meio da qualidade diferenciada de produtos, serviços e plataformas educacionais digitais oferecido;
- c) potencializar a venda adicional de produtos para mesmos clientes da base;
- d) a SABER servirá mais de 85 mil professores nas escolas próprias e parceiras, mais de 1,7 milhão de professores nas escolas públicas, 1,2 milhão de alunos nos sistemas de ensino e 33 milhões de estudantes usuários de livros didáticos e poderá alavancar vendas de produtos e serviços para diversos públicos dentro do segmento educacional.

A alocação preliminar do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos e passivos foi efetivada considerando a seguintes critérios:

Carteiras de Clientes

A Carteira de Clientes irá gerar benefícios econômicos futuros por um período de 13 anos, e com isso, foi possível determinar que se trata de um ativo intangível adquirido na transação.

Na determinação do valor da carteira de clientes foram utilizadas as seguintes premissas:

- (i) Receita líquida Sistema de ensino (Setores público e privado) Receita projetada considerando o relacionamento contratual com clientes já existentes na data-base, ou seja, desprezando-se novos clientes, corrigida pelo IPCA. Os prazos médios de encerramento dos contratos utilizados foram: Sistema de ensino setor privado: 3 anos e 3 meses; Sistema de ensino setor público: 12 meses.
- (ii) Taxa de Desconto 12,85% a.a., em R\$ e em termos nominais (considerando o efeito da inflação), equivalente a taxa de desconto (WACC *Weighted Average Capital Cost* (Custo Médio Ponderado do Capital)), acrescida de um prêmio de risco adicional de 0,5%.
- (iii) Vida útil a vida útil do relacionamento não contratual com clientes variou em conformidade com as características de cada segmento avaliado e, com isso, a administração considerou a vida útil econômica em aproximadamente 85,0% do fluxo de caixa gerado pelo ativo intangível para as editoras, ou seja 13 anos.

Marcas

Considerando a relevância das marcas na operação da Somos, tanto nos colégios quanto nas editoras, e avaliando os benefícios econômicos futuros a serem obtidos pela Companhia, as seguintes premissas foram adotadas para determinação do valor do ativo intangível relacionado às marcas:

- (i) Receita líquida foi utilizada a mesma base de receita calculada para a avaliação da carteiras de clientes, conforme cada segmento, descrita no item anterior.
- (ii) Taxa de Royalty as taxas de mercado apresentadas na ferramenta RoyaltyStat (ferramenta/site com banco de dados de taxas de royalties) foram utilizadas como parâmetro para

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

definição de taxa de royalty, considerando empresas com atividades semelhantes. Dessa forma, foram adotadas as seguintes taxas: 6% para Editoras, 7% sistemas de ensino, 7% SETS e 5,7% Escolas e idiomas.

- (iii) Taxas de Manutenção Foi considerada uma taxa de manutenção da marca de 0,1% da receita líquida, conforme práticas usuais de mercado.
- (iv) Taxa de Desconto foi utilizada uma taxa de desconto de 13,1% a.a., em R\$ e em termos nominais (considerando o efeito da inflação), equivalente a taxa de desconto (WACC) de 11,7%, acrescida de um prêmio de risco adicional de 0,75%.
- (v) A vida útil das Marcas variou em conformidade com as características de cada segmento avaliado, tendo a administração estimado uma vida útil econômica em aproximadamente 85,0% do fluxo de caixa gerado pelo ativo intangível.

Relacionamento não contratual com clientes

A administração, com o apoio de seus consultores, pode constatar que as marcas irão gerar benefícios econômicos futuros para o Grupo por um período que permite determinar que o relacionamento não contratual com clientes representa um grau elevado de importância para a Somos. Desta forma, o relacionamento não contratual com clientes foi identificado como um ativo intangível adquirido na transação.

As seguintes premissas foram adotadas para determinação do valor do ativo intangível relacionado a este intangível:

- (i) Receita líquida Editoras (setor privado): a receita projetada dos clientes, em específico das editoras, foi baseada nos clientes já existentes na data-base, ou seja, desprezando-se os novos clientes. Foi considerada a receita da data base corrigida pela inflação do período e uma taxa de decaimento (churnrate) de 20% a.a. com base na estimativa de um ciclo de 5 anos.
- (ii) Escolas carteira de alunos: a receita projetada foi baseada no saldo de alunos já existentes na data-base, ou seja, desprezando-se os novos ingressantes. Foi aplicada uma taxa de evasão de 4,8% a.a. e considerada a estimativa de formatura dos alunos. O valor da mensalidade foi calculado com base no ticket médio na data-base conforme estudo de mercado, sendo ajustado pelo IPCA do período.
- (iii) Taxa de Desconto adotou-se uma taxa de desconto de 13,1% a.a., em R\$ e em termos nominais (considerando o efeito da inflação), equivalente a taxa de desconto (WACC) de 11,7%, acrescida de um prêmio de risco adicional de 0,75%.
- (iv) Vida útil a vida útil do relacionamento não contratual com clientes variou em conformidade com as características de cada segmento avaliado, tendo a administração estimado a vida útil econômica em aproximadamente 85,0% do fluxo de caixa gerado pelo ativo intangível para as editoras.

Ágio

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para o cálculo do valor presente do fluxo de caixa projetado dos intangíveis, foi adotada uma taxa de desconto de 13,0% a.a. Essa taxa foi estimada com base no WACC calculado para a Somos, nos riscos associados ao intangível e no retorno estimado para os seus demais ativos.

O valor justo do ativo intangível contempla o cálculo do benefício fiscal gerado na possível amortização do referido valor justo do ativo pela sua vida útil estimada (TAB – Tax Amortization Benefit), levando em consideração sua aquisição por um potencial participante de mercado.

No caso especifico do ágio de rentabilidade futura, este se baseia no plano de negócios elaborado para a finalidade da aquisição, sendo que as principais premissas de negócios utilizadas foram consideradas pela administração como adequadas, pois pressupõem crescimentos na receita um pouco acima da taxa da inflação esperada para os próximos anos, visto que existe um potencial adicional relevante de receitas utilizando a base instalada de alunos. Os demais itens de fluxo de caixa e taxas de descontos adotam as mesmas premissas anteriormente citadas para a carteira de clientes.

A Companhia está planejando um processo de reorganização societária, em consonância com seu plano de organização das atividades operacionais em empresas atuantes em um mesmo segmento, bem como redução do numero de entidades legais que compõem o grupo, no curto prazo e, portanto, tomou a decisão de não reconhecer o passivo diferido sobre o ágio gerado nas aquisições de controladas.

Demais aquisições

A Companhia, através de suas controladas Saber e Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR") adquiriu também as seguintes empresas durante o exercício de 2018:

- (i) Fateci Cursos Técnicos S/S ("Fateci") e Clauder Ciarlini Filho S/S. ("Clauder) adquiridas em 07 de março de 2018 pelo valor de R\$16.450, sendo R\$ 8.100 pagos à vista e R\$ 8.350 a serem pagos em 5 parcelas iguais com último vencimento em 2023;
- (ii) Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda. ("Febac") em 03 de julho de 2018 pelo valor de R\$ 13.091, sendo R\$5.190 pagos à vista e R\$ 7.901 a serem pagos em 5 parcelas com vencimentos anuais;
- (iii) Sociedade Educacional da Paraíba Ltda. ("Sepa") em 04 de setembro de 2018 pelo valor de R\$ 6.000, sendo R\$ 4.200 pagos à vista e R\$ 1.800 pagos em 3 parcelas anuais com vencimentos em 2019, 2020 e 2021.

Apresentamos, a seguir, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial das empresas adquiridas durante 2018, na data de aquisição de cada empresa, de forma a permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	FATECI	Leonardo da Vinci	FEBAC	SEPA	Colégio Lato Sensu	SOMOS consolidado
Data de Aquisição ATIVO	07/03/2018	10/04/2018	03/07/2018	04/09/2018	24/09/2018	11/10/2018
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	336	616	7	3	1.289	702.618
Contas a receber	2.512	1.359	2.615	548	1.105	305.601
Estoques	-	-	-	-	-	366.598
Adiantamentos	14	103	38	530	34	18.074
Tributos a recuperar	-	-	-	-	382	212.772
Outros Créditos	59	6	-	_	_	19.382
Partes relacionadas	-	-	-	-	219	11.558
Total do ativo circulante	2.921	2.084	2.660	1.081	3.029	1.636.603
NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários	31	-	_	_	_	11.101
Tributos a recuperar	-	-	-	-	-	450
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	8.874	178.800	15.585	_	100.314	18.595
Depósitos judiciais	19	676	-	-	-	5.128
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	_	_	_	240.322
Outros Créditos	_	-	_	15	-	-
Investimento	_	_	_	_	_	10.396
Imobilizado	673	2.747	1.237	5.643	1.517	180.815
Intangível	-	70	13	46	24	1.670.703
Total do ativo não circulante	9.597	182.293	16.835	5.704	101.855	2.137.510
TOTAL DO ATIVO	12.518	184.377	19.495	6.785	104.884	
	12.318	164.577	19.493	0.783	104.884	3.774.113
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos			_	_		37.419
Debêntures	_	_	_	_	_	304.737
Fornecedores	194	219	56	114	1.260	429.634
Salários e encargos sociais	740	2.015	1.044	389	5.393	263.433
Obrigações tributárias	109	1.258	78	18	679	26.274
Adiantamentos de clientes	107	6.237	641	61	3.327	151.415
Impostos e contribuições parcelados	_	0.237	182	-	3.321	4.301
Contas a pagar - aquisições	-	-	102	-	-	15.758
Dividendos a pagar	-	_	-	-	-	1.072
	-	-	-	-	289	65.831
Outras Contas a Pagar	1.043	9.729	2.001	582	10.948	1.299.874
Total do passivo circulante	1.043	9.729	2.001	582	10.948	1.299.874
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	178.047
Debêntures	-	-	-	-	-	1.630.436
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	40.070	252.855	31.696	24	241.008	40.485
Impostos e contribuições parcelados	-	-	-	-	-	593
Contas a pagar - aquisições	-	-	-	-	-	54.240
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	_	-	161.563
Demais contas a pagar		1.808	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	40.070	254.663	31.696	24	241.008	2.065.364
TOTAL DO PASSIVO	41.113	264.392	33.697	606	251.956	3.365.238
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(28.595)	(80.015)	(14.202)	6.179	(147.072)	408.875
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.518	184.377	19.495	6.785	104.884	3.774.113
Passivos Líquidos	28.595	80.015	14.202	(6.179)	147.072	(408.875)
Preço de Aquisição	16.450	119.700	12.974	6.000	124.000	4.566.542
Ajuste a valor presente	(44)	-	(1.008)	(146)	(9.839)	- 1.500.542
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo		100.715				4 157 667
classificado preliminarmente como ágio	45.001	199.715	26.168	(325)	261.233	4.157.667
Adquirida pela Controlada	AESAPAR	SABER	AESAPAR	AESAPAR	SABER	SABER

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A administração da Companhia avalia a gestão de riscos financeiros no âmbito de Grupo.

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez.

A Administração da Companhia e o Conselho de Administração juntos supervisionam a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital:

a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos.

b) Risco de mercado – risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas são demonstradas a seguir:

		Consolidado
31/12/2018	31/12/2017	Taxa de Juros
_		
55.116	37.221	IPCA
=	126	6,7% ao ano
7 510 865	266 534	100% CDI + juros
7.319.603	200.554	de 0,75% a 2% aa
108.641	-	IPCA + 6,72% a.a.
177.753	66.262	CDI
117.000	44.954	IPCA
31.044	11.570	Outros
8.009.419	426.667	
	55.116 - 7.519.865 108.641 177.753 117.000 31.044	55.116 37.221 - 126 7.519.865 266.534 108.641 - 177.753 66.262 117.000 44.954 31.044 11.570

(i) refere-se principalmente às aquisições atualizadas pela taxa SELIC.

c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Contas a receber – Ensino Superior</u>

A política de vendas do Grupo acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A legislação permite a não renovação da matrícula do aluno em caso de inadimplência para o semestre seguinte, fazendo com que o mesmo negocie seus débitos com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No segmento de ensino superior presencial, para os alunos contemplados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo FGEDUC. Para a parcela de crédito não garantida pelo programa, a Companhia estima o potencial de inadimplência e constitui a respectiva provisão.

Em 2015, Companhia passou a oferecer um novo produto exclusivamente para os alunos ingressantes - o Parcelamento Especial Privado (PEP) - com o objetivo principal de oferecer uma alternativa de pagamento para o aluno ingressante que não obteve o FIES. O produto inicial oferecido no primeiro trimestre de 2015 foi o PEP 10, o qual financiava, sem correção monetária, 90% das primeiras 12 mensalidades a serem pagas em até dezoito parcelas após a conclusão do curso. No segundo semestre do mesmo ano, o produto evoluiu para o PEP 30 e PEP 50, os quais financiam respectivamente 70% e 50% de todo o curso, com atualização do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a serem pagos com o mesmo prazo de duração do curso escolhido, após sua conclusão.

O contas a receber de longo prazo referente ao FIES e aos valores a receber dos alunos beneficiados pelo PEP são ajustados a valor presente.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia.

d) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia captou dívida via debêntures a mercado no valor de R\$5,5 bilhões investimento no segmento de Educação Básica da Kroton com a aquisição da Somos pela controlada Saber, aumento seus índices de endividamento financeiro

O fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, é realizada de forma centralizada pelo departamento de finanças do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades do Grupo para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Grupo também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e pra que se mantenham dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias.

O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pelo Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente, de modo a manter a Companhia com volume apropriado de recursos para manter suas operações.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e contas a pagar por aquisições. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou passivo.

Passivos financeiros por faixa de vencimento

_				Consolidado
	Menos	Entre	Acima	Total
_	de 1 ano	1 e 2 anos	de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	474.980	-	-	474.980
Fornecedores - Risco Sacado	391.974	-	-	391.974
Empréstimos e financiamentos	4.671	2.501	47.944	55.116
Debêntures	522.846	2.650.727	4.454.933	7.628.506
Contas a pagar por aquisições	132.440	98.072	95.285	325.797
_	1.526.911	2.751.300	4.598.162	8.876.373

Passivos financeiros por faixa de vencimento – Projetado

				Consolidado	
	Menos	Entre	Acima	Total	
	de 1 ano	1 e 2 anos	de 2 anos	1 Otal	
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores	474.980	-	-	474.980	
Fornecedores - Risco Sacado	391.974	-	-	391.974	
Empréstimos e financiamentos	4.971	2.662	51.022	58.655	
Debêntures	881.129	3.868.797	5.180.764	9.930.690	
Contas a pagar - aquisições	143.035	105.918	102.908	351.861	
	1.896.089	3.977.377	5.334.694	11.208.160	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos do quadro acima refletem os saldos a pagar de principal mais juros e atualização monetária até sua última parcela, logo não refletem os saldos demonstrados nas respectivas notas explicativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou recomprar ações.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores risco sacado e contas a pagar por aquisições (i)	(8.401.393)	(455.801)	
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante	2.595.570	1.726.540	
Dívida líquida	(5.805.823)	1.270.739	
Patrimônio líquido	15.990.704	15.207.726	
Índice de endividamento financeiro	-36,3%	8,36%	

(i) vide composição demonstrada na nota 5.1 de empréstimos, debêntures e contas a pagar por aquisições

5.3. Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, as taxas projetadas: CDI – 6,42% e IPCA – 3,69% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

				Co	onsolidado
	Exposição base		Cenário	Cenário	Cenário
	31/12/2018	Risco	provável	possível -25%	remoto -50%
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários	2.595.570	Baixa CDI	166.636	124.977	83.318
Debêntures e Contas a pagar atreladas ao CDI	(7.697.618)	Baixa CDI	(494.187)	(370.640)	(247.094)
Debêntures e Contas a pagar atreladas ao IPCA	(280.757)	Baixa IPCA	(10.360)	(7.770)	(5.180)
_	(5.382.805)		(337.911)	(253.433)	(168.956)

Fonte: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI conforme taxas referenciais B3 S.A, ambos disponibilizados nos websites das respectivas instituições.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Ativo - Custo amortizado	_	
Caixa e equivalentes de caixa	1.485.611	921.328
Contas a receber	1.940.313	1.448.662
Outros créditos	903.345	579.778
-	4.329.269	2.949.768
Ativo - Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	1.109.959	811.941
-	1.109.959	811.941
Passivo - Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	55.116	37.347
Debêntures	7.628.506	266.534
Fornecedores risco sacado	391.974	29.134
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	899.860	440.053
- -	8.975.456	773.068

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis àqueles praticados no mercado, com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

exceção das debêntures.

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes (nota 10)		_
Grupo 1 - ensino superior	3.739.177	2.999.080
Grupo 2 - educação básica	558.522	79.788
	4.297.699	3.078.868

As contas a receber de clientes do Grupo 1 são compostas principalmente por clientes pessoa física, vinculados à prestação de serviços de graduação e negociações de dívida. O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos de dívidas e da segregação dos alunos por tipo de produto e perfil, (por exemplo, aluno FIES e alunos PEP). As contas a receber de clientes do Grupo 2 são compostas por distribuidoras de livros, Governo (PNLD), escolas, franqueados e pessoas físicas vinculadas a prestação de serviços de ensino básico. O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos e da segregação entre segmentos de serviços prestados e produtos vendidos.

		Consolidado
Caixa e Equivalentes de caixa (nota 8)	31/12/2018	31/12/2017
AAA	1.138.346	1.144
AA+	-	60.166
AA	18.645	845.743
A+	293.148	-
A	-	61
A-	-	13.884
AA-	13	-
Não aplicável	35.459	330
	1.485.611	921.328
Títulos e valores mobiliários (nota 9)		
AAA	66.980	51.421
AA	14.248	733.243
A+	969.974	3.240
Não aplicável	58.757	24.037
	1.109.959	811.941

A variação na classificação dos saldos entre períodos é atribuída às mudanças de "rating" pela agência de classificação de risco, Fitch Ratings.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Caixa</u>				
Conta corrente	90	133	3.076	294
	90	133	3.076	294
Aplicações financeiras				
Fundo de renda fixa	-	-	33.442	11.456
OPCM – Operação Compromissada	-	-	137.732	133.970
NTNO - Nota do Tesouro Nacional (i)	9.967	200.437	155.773	713.176
CDB - Certificado de Depósitos Bancários			1.155.588	62.432
	9.967	200.437	1.482.535	921.034
	10.057	200.570	1.485.611	921.328

(i) Notas do Tesouro Nacional *Over night e* Operação compromissada são aplicações financeiras diárias com bancos privados com lastros em títulos públicos sem risco de perda de rentabilidade caso de resgate e com liquidez imediata.

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, sendo parte significativa realizada a partir de fundos exclusivos. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta de 99,89% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (99,98% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

9. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Consolidado
_	31/12/2018	31/12/2017
LTN - Letras do Tesouro Nacional	547.202	34.746
LF - Letras Financeiras	81.091	48.977
LFT - Letra Financeira do Tesouro	481.666	728.218
_	1.109.959	811.941
Circulante	1.098.185	805.212
Não circulante	11.774	6.729
=	1.109.959	811.941

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 99,89% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (99,98% em 31 de dezembro de 2017).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. CONTAS A RECEBER

a) Composição

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Ensino superior (i)	3.739.177	2.999.080
Educação básica (ii)	558.522	79.788
	4.297.699	3.078.868
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Ensino superior	(1.371.947)	(990.635)
Educação básica	(94.081)	(4.095)
	(1.466.028)	(994.730)
Contas a receber de clientes, líquidas	2.831.671	2.084.138
Ajuste a valor presente (iii)	(197.075)	(187.667)
- -	2.634.596	1.896.471
Circulante	1.940.313	1.448.662
Não circulante (iv)	694.283	447.809
` ′	2.634.596	1.896.471

Acréscimo significativo na rubrica decorre basicamente do saldos da Somos, adquirida em 11 de outubro de 2018 (Nota 4)

- (i) Composto por mensalidades vencidas ou a vencer de alunos pagantes, alunos FIES e alunos com parcelamento a privado (PEP).
- (ii) Livros didáticos e paradidáticos, comercialização de apostilas, franquias e mensalidades escolares.
- (iii) O ajuste a valor presente (AVP) é calculado sobre os valores de receita reconhecidas mensalmente e que tenham vencimentos em períodos futuros, notadamente produtos usados pelos alunos beneficiados pelos produtos PEP ou PMT (Parcelamento Matricula Tardia). A taxa média ponderada utilizada para realizar o desconto dos valores no período 3,28%.
 - A reversão do AVP constituído no mês da receita, pode ocorrer de 2 formas: a) pela evolução natural dos contratos no tempo, isto é, mensalmente é revertido o valor proporcional do mês com impacto positivo no resultado; e b) quando ocorre a evasão do aluno, que nos permite, de acordo com o contrato assinado, cobrar antecipadamente o saldo devedor e, nesse caso, o saldo do AVP é revertido integralmente.
- (iv) Contas a receber do PEP e de renegociações de mensalidades de ensino superior com vencimento superior a 365 dias, líquido dos ajustes a valor presente.

O contas a receber apresentou aumento decorrente de uma maior exposição dos produtos de parcelamento da Companhia, como o PEP e o PMT, nos quais o pagamento ocorre apenas após a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

conclusão do curso, aliado ainda ao elevado volume de mensalidades em aberto em razão do cenário econômico instável. Da mesma forma, a provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculada ao PEP e PMT também apresentou aumento, uma vez que a política da Companhia é de provisionar 50% do montante reconhecido de receita parcelada, líquido dos ajustes de AVP (Nota 10 (c)).

b) Análise dos vencimentos do contas a receber

_		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Valores a vencer	3.257.762	2.368.262
Vencidos		
Até 30 dias	196.351	126.868
Entre 31 e 60 dias	152.668	112.281
Entre 61 e 90 dias	9.729	99.643
Entre 91 e 180 dias	131.870	143.176
Entre 181 e 365 dias	549.319	228.638
Total vencidos	1.039.937	710.606
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.466.028)	(994.730)
Ajuste a valor presente	(197.075)	(187.667)
_	2.634.596	1.896.471

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e baixas

Mensalidades

A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 12 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "performance" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos, que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis, tais como a taxa de desemprego.

FIES

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa, sendo as seguintes premissas consideradas:

- Para os contratos com fiador foi constituída uma provisão de 4,5% do faturamento dessa natureza, considerando que a Companhia assume apenas 15% de exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 30% de inadimplência.
- Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, com adesão realizada até abril de 2014, foi constituída uma provisão de 0,9% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 80% da exposição ao risco de crédito FIES (15%) e uma estimativa de 30% de inadimplência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

 Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, com adesão realizada após abril de 2014, foi constituída uma provisão de 0,45% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 90% da exposição ao risco de crédito FIES (15%) e uma estimativa de 30% de inadimplência.

<u>PEP</u>

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada aos recebíveis do Parcelamento Especial Privado - PEP, utilizando o percentual de 50% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(994.730)	(605.945)
Adição proveniente de adquiridas	(75.630)	(2.710)
Baixa contra contas a receber	276.823	197.105
Constituição	(672.491)	(583.180)
Saldo final	(1.466.028)	(994.730)

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

11. ESTOQUES

_		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Produtos Acabado	382.633	15.745
Produtos em Elaboração	75.849	-
Matérias-Primas	59.310	-
Provisão para perdas	(147.134)	(4.205)
=	370.657	11.540

Acréscimo significativo na rubrica decorre basicamente do saldos da Somos, adquirida em 11 de outubro de 2018 (Nota 4)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

_		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	4.205	3.649
Adição proveniente de adquiridas	143.945	-
Adição no exercício	27.930	1.113
Perdas com estoque	(28.946)	(557)
Saldo final	147.134	4.205

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

_	Controladora Consolidado			Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	_			
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	3.913	2.308	211.990	59.746
PIS, Cofins e ISS a recuperar (ii)	=	-	59.917	28.829
INSS a recuperar	=	-	28.955	10.614
ICMS a recuperar	=	-	-	2.773
Outros tributos a recuperar	=		20.136	6.025
_	3.913	2.308	320.998	107.987
_				
Circulante	3.913	2.308	315.169	102.684
Não circulante			5.829	5.303
_	3.913	2.308	320.998	107.987

Acréscimo significativo na rubrica decorre basicamente do saldos da Somos, adquirida em 11 de outubro de 2018 (Nota 4)

- (i) Refere-se a valores a recuperar de IRRF retido de aplicações e notas fiscais, IRPJ, CSLL, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.
- (ii) Refere-se a crédito de pis e cofins apurados e mantidos na operação de venda de livros e que podem ser compensados com outros tributos federais, além de tributos retidos na fonte devido à emissão de notas fiscais da prestação de serviço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. CONTAS A RECEBER NA VENDA DE CONTROLADAS

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
UNIASSELVI	447.362	528.549
FAC	24.162	27.353
FAIR	13.511	15.623
Colégio Anchieta	2.837	4.438
NOVATEC	4.046	4.171
FCR	1.919	2.720
FAUSB	568	1.121
	494.405	583.975
Circulante	132.854	133.961
Não circulante	361.551	450.014
	494.405	583.975

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI e IPCA de acordo com os respectivos contratos.

	_	31/12/2018	
	Vencimentos Parcelas	Total	%
Total ativo circulante	2019	132.854	26,9
	2020	108.577	22,0
	2021	124.998	25,3
	2022	127.078	25,7
	2023	898	0,2
Total ativo não circulante		361.551	73,1
Total	=	494.405	100,0

14. OUTROS CRÉDITOS

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas antecipadas (i)	31.346	11.730
Crédito com adquiridas (ii)	97.293	81.265
INSS Rescisões (iii)	30.859	25.424
Outros (iv)	49.564	13.550
Total	209.062	131.969
Circulante	150.937	64.689
Não circulante	58.125	67.280
- -	209.062	131.969

- (i) Composto principalmente por R\$ 14.087 de despesas de direitos autorais, R\$ 1.432 de despesas com marketing, R\$ 374 por despesas com seguro e R\$ 3.086 por despesas licença de software.
- (ii) Composto principalmente por créditos a receber dos antigos proprietários do Grupo Uniban no montante de R\$ 92.205 sendo a) R\$ 52.494 de valores com vencimento futuro relativo a um parcelamento de ISS que também está provisionado no passivo; b) R\$ 39.711 de valores a receber de diversos processos de responsabilidade do antigo mantenedor. Esses valores estão sendo discutidos em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Câmara de Arbitragem e, durante o processo de negociação, a Companhia está retendo os pagamentos de aluguel dos imóveis em utilização. Adicionalmente, o saldo de R\$ 2.087 refere-se a valores a receber de outros mantenedores que estão em processo de cobrança.

- (iii) Composto principalmente por INSS a recuperar originado de decisões positivas judiciais sobre verbas rescisórias.
- (iv) Composto principalmente por: R\$ 2.477 de saldo remanescente pela venda de um imóvel localizado na cidade de São Paulo e R\$ 2.945 referente venda de um imóvel localizado na cidade de Santo André.

15. INVESTIMENTOS

(a) Composição dos investimentos em controladas diretas

		Controladora
	31/12/2018	31/12/2017
Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE")	5.948.898	5.353.840
Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR")	3.109.748	2.982.461
SB Sistemas	(16)	
Subtotal	9.058.630	8.336.301
Ágio, inclusive alocado da Anhanguera	7.480.775	7.535.594
Total	16.539.405	15.871.895

(b) Informação sobre as controladas diretas

					31 de deze	mbro de 2018
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do período
EDE	100%	2.789.437.961	2.789.437.961	6.779.613	830.715	5.948.898
AESAPAR	74,46%	2.497.592.975	2.497.592.975	5.303.694	1.127.258	4.176.436
SB SISTEMAS	100%	2.000	2.000	71	87	(16)
		5.287.032.936	5.287.032.936	12.083.378	1.958.060	10.125.318
					31 de deze	embro de 2017

					31 de dezen	1010 GC 2017
	Participação no Patrimônio Líquido		Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
EDE	100%	2.549.437.961	6.339.875	986.031	5.353.840	1.251.122
AESAPAR	74,46%	437.228.783	5.217.758	1.212.209	4.005.549	866.219
		2.986.666.744	11.557.633	2.198.240	9.359.389	2.117.341

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Movimentação dos investimentos em controladas diretas

						Controladora
Investimento	31/12/2017	Amortização do ágio alocado	Resultado de Equivalência Patrimonial	Aquisição de participação	Dividendos	31/12/2018
EDE - Editora e Distribuidora Educacional	5.353.840		834.171		(239.113)	5.948.898
Anhanguera - Anhanguera Educacional Participações S.A.	2.982.461	-	521.344	-	(394.057)	3.109.748
SB Sistemas	-	-	(18)	2	-	(16)
Ágio, inclusive alocado da Anhanguera	7.535.594	(54.819)	-	-	-	7.480.775
Total	15.871.895	(54.819)	1.355.497	2	(633.170)	16.539.405

(d) Informação sobre as controladas indiretas

					31 de dezem	bro de 2018
	Participaçã o no Patrimônio Líquido	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimôni o líquido	Lucro do exercício
Controladas Diretas - EDE						
Centro de Ensino Atenas Maranhense	99,99%	87.165.364	228.440	19.569	208.871	42.452
Faculdade Integradas de Sorriso	99,99%	8.913.752	59.010	3.586	55.424	18.496
União de Faculdades do Amapá	99,99%	11.619.489	188.519	14.165	174.354	66.803
Orme Serviços Educacionais	99,99%	162.335.196	71.213	5.288	65.925	(25.751)
Pax Editora e Distribuidora	99,99%	17.956.763	22.999	1.617	21.382	(2.342)
Projecta Educacional	99,99%	10.234.275	5.399	302	5.097	17
Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	99,99%	384.011.229	784.587	153.977	630.610	355.116
Iuni Educacional	-	-	-	-	-	310.128
União de Ensino Unopar	99,99%	48.572.119	72.038	14.982	57.056	15.582
Unic Educacional	99,99%	203.030.858	464.420	49.325	415.095	191.358
Iuni Educacional - Unime Salvador	99,99%	15.916.973	66.364	10.146	56.218	23.394
União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura	99,99%	49.701.183	306.492	26.132	280.360	161.812
Saber Serviços Educacionais S.A.	99,99%	513.480.389	10.648.57 2	10.345.89 6	302.676	(107.674
Controladas Diretas - SABER						
Nucleo Brasileiro De Estudos Avançados Ltda	100%	10.000	494	1.354	(860)	(392)
Colegio Manaura Latu Sensu Ltda,	100%	3.261.353	99.057	239.452	(140.395)	(118)
Sanches Serviços De Educação Ltda	100%	480.000	446	353	93	(38)
Centro De Educação Do Norte Do Brasil	100%	100.001	8.367	14.440	(6.073)	384
Centro Educacional Leonardo Da Vinci S/S Ltda	100%	2.839.000	182.408	242.973	(60.565)	2.612
Da Vinci Servicos Educacionais Ltda	100%	1.870.000	4.915	18.794	(13.879)	2.958
Somos Educação S.A. (i)	73,35%	862.887.241	3.603.403	3.212.460	390.943	(40.383)
Controladas indiretas AESAPAR:						
Anhanguera Educacional Ltda.	100%	49.163.929	156.304	4.663	151.641	41.822
Clínica Médica Anhanguera Ltda.	100%	100.000	474	5	469	(33)
Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100%	12.799.298	65.206	143	65.063	17.711
Instituto Excelência Ltda.	100%	17.935.579	3.781	212	3.569	(2)
Edufor serviços educacionais Ltda. – ME	100%	1.759.300	1.417	1.387	30	(1.771)
Sociedade Piauiense de ensino superior Ltda.	100%	14.971.750	30.842	39.773	(8.931)	8.806
Fateci Cursos Técnicos S/S	100%	787.000	(68)	3.100	(3.168)	(2.813)
Clauder Ciarlini Filho S/S.	100%	2.777.000	13.340	33.427	(20.087)	6.788
Sociedade Educacional da Paraíba Ltda.	100%	20.776.000	6.942	914	6.028	(926)
Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda.	100%	1.420.000	21.186	23.893	(2.707)	10.115

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. IMOBILIZADO

							Consolidado
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	89.512	347.898	154.086	1.168.463	71.724	99.779	1.931.462
Adições	68.494	134.068	17.069	115.805	225.238	-	560.674
Saldo proveniente de adquiridas	11.373	10.537	1.374	94.319	49.821	25.208	192.632
Baixas	(1.549)	(1.617)	(2.751)	(1)	(440)	(17.292)	(23.650)
Depreciações	(38.616)	(50.951)	(25.728)	(60.180)	-	-	(175.475)
Transferências	<u> </u>			248.509	(248.509)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	129.214	439.935	144.050	1.566.915	97.834	107.695	2.485.643
Taxa média anual de depreciação	30%	11%	10%	4%	-	-	

17. INTANGÍVEL

						Consolidado
	Softwares	Produção de conteúdo	Licença de Operação	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	264.025	158.310	8.262	10.729.359	138.933	11.298.889
Adições	180.282	103.573	8.673	6.946.520	12.192	7.251.240
Saldo proveniente de adquiridas	189.041	21.231	31	1.460.561	(8)	1.670.856
Baixas	(3.736)	(60)	(1.917)	(829)	(2.030)	(8.572)
Amortizações	(73.371)	(98.872)	(3.080)	(103.214)	(22.766)	(301.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	556.241	184.182	11.969	19.032.397	126.321	19.911.110
Taxa média anual de amortização	0%	0%	0%	0%	0%	-

a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

Parte do valor pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
"Goodwill" (i)	14.557.921	8.505.515
Marca (ii)	2.724.709	1.554.526
Licença de operação e rede parceira de polo (iii)	667.966	665.746
Carteira de clientes (iv)	1.081.786	3.234
Acordo de não concorrência (iv)	15	338
_	19.032.397	10.729.359

(i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação.

- (ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 20 e 30 anos.
- (iii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede parceira de polos de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação.
- (iv) Ativo intangível com vida útil estimada entre 3,5 e 5 anos.

Testes do ágio para verificação de "impairment" por modalidade

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela administração através das seguintes considerações:

- (i) a partir das aquisições, o Grupo busca consolidar operações similares em algumas entidades legais com foco em Ensino Presencial (Presencial) e Ensino a Distância (EAD) por meio de incorporações e cisões, eliminando determinadas entidades legais na busca de redução de custos de gestão e administração, aproveitamento de sinergias de operações e marcas, bem como ampliando as áreas de alcance das unidades físicas adquiridas. Sendo assim, as entidades legais e unidades físicas não são ativos que geram entradas de caixa de forma independente de outros ativos, para fins de avaliação da recuperabilidade do ágio, uma vez que, devido às diversas alterações societárias, as entidades cujas aquisições resultaram no reconhecimento do ágio, ou até mesmo as entidades que reconheceram o ágio, deixaram de existir legalmente e assim os ágios perderam a relação com os ativos adquiridos que geraram o ágio;
- (ii) ao mesmo tempo, por se tratar de um grupo com gestão centralizada em diversas áreas (desenvolvimento técnico e metodológico, gestão de funcionários, inclusive corpo docente, administrativo, marketing,...) uma mesma entidade legal atuando no segmento de ensino superior é gerida em conjunto com as demais entidades legais do Grupo que atuam no mesmo segmento. Dessa forma, não é possível analisar os fluxos de caixa que seriam gerados pela entidade legal atuando no ensino superior individualmente, uma vez que sua atuação tem ganhos de eficiência e decisões geradas no contexto do segmento como um todo.

Segue alocação do ágio por nível de unidade geradora de caixa:

	31/12/2018
Presencial	7.542.761
EAD	3.135.870
Educação básica	
K12	4.056.491
Escolas e Idiomas	3.841.160
SETS	456.115
	19.032.397

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de oito anos para as UGC's de Presencial e EAD e de cinco anos para as demais UGC's. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período definido para cada projeção (8 anos – Presencial e EAD e 5 anos – demais) foram extrapolados com base em taxas de crescimento de 5,5% ao ano. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento médio de longo prazo do setor de educação, no qual as UGC's atuam. A taxa de desconto nominal utilizada antes do benefício fiscal dos impostos foi de 13,60% para presencial, 13,45% para EAD, 14,36% para K12, 14,03% para escolas e idiomas e 13,67% para SETS, que deriva do Custo Médio Ponderado do Capital (Weight Average Cost of Capital - WACC).

A Companhia utiliza um cenário de 8 anos para operações de ensino superior (Presencial e EAD) por entender que este é o tempo de maturação de uma nova unidade. Uma vez que existem cursos, onde a partir do 4° ano se tem uma base cheia de alunos para a nova unidade, são necessários mais 4 anos para a unidade atingir seu potencial de receita e rentabilidade.

As premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de impairment foram apreciadas e aprovadas pela administração da Companhia, assim como as taxas utilizadas.

Em 31 de dezembro de 2018, os ágios foram submetidos a teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e não foi identificada necessidade de ajustes aos respectivos valores. Adicionalmente ao teste padrão foi realizado um teste de sensibilidade variando o WACC em 1% para cima e para baixo e não foi identificada necessidade de ajustes aos respectivos valores

18. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

(a) Composição debêntures, empréstimos e financiamentos

					Consolidado
	Remuneração	Emissão	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
EDE 1ª emissão debêntures (i)	CDI + 2,00% a.a.	12/01/2011	15/12/2018		78.932
EDE 2ª emissão debêntures 1ª série (ii)	CDI + 1,95% a.a.	26/02/2015	28/09/2018	-	102.235
EDE 2ª emissão debêntures 3ª série (ii)	CDI + 1,70% a.a.	26/02/2015	10/12/2019	42.687	85.367
SABER 1ª emissão debêntures 1ª série (iii)	CDI + 0.75% a.a.	15/08/2018	15/08/2021	1.154.212	-
SABER1 ^a emissão debêntures 2 ^a série (iii)	CDI + 1,00% a.a.	15/08/2018	15/08/2023	4.359.991	-
SABER 1ª emissão debêntures 3ª série (iii)	IPCA + 6,7234% a.a.	15/08/2018	15/08/2025	108.641	-
SABER SOMOS 2ª emissão debêntures 1ª e 2ª séries (iv)	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	15/08/2018	15/08/2020	817.335	-
SABER SOMOS 3ª emissão debêntures (iv)	CDI + 1,15% a.a.	15/03/2018	15/09/2021	813.237	-
SABER SCIPIONE 4ª emissão debêntures Série Única (iv)	CDI + 1,00% a.a.	25/10/2017	25/10/2020	108.300	-
SARAIVA SOMOS 1ª emissão (v)	CDI + 1,00% a.a.	27/08/2018	15/08/2021	224.103	
Arrendamento mercantil financeiro		01/11/2012	01/11/2019	55.116	37.347
Total				7.683.622	303.881
Passivo circulante				527.517	227.767
Passivo não circulante				7.156.105	76.114
				7.683.622	303.881

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de certificados e sem a possiblidade de conversão de ações, além de não poderem ser repactuadas, possuem as seguintes características:

							Consolidado
Empresa	Emissão	Série	Quantidade	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal	Pagamento juros
EDE (i)	1ª	Única	550	1000	550.000	Anual	Semestral (Jun e Dez)
EDE (ii)	2ª	1ª	40.000	10	400.000	Semestral	Semestral (Mar e Set)
EDE (ii)	2ª	3ª	8.500	10	85.000	Semestral	Semestral (Jun e Dez)
SABER (iii)	1ª	1ª	112.966	10	1.129.660	Anual	Semestral (Fev e Ago)
SABER (iii)	1ª	2^{a}	426.434	10	4.264.340	Anual	Semestral (Fev e Ago)
SABER (iii)	1ª	3ª	10.600	10	106.000	Anual	Semestral (Fev e Ago)
SABER SOMOS (iv)	2ª	1ª	600.000	1	600.000	Anual	Semestral (Fev e Ago)
SABER SOMOS (iv)	2ª	2ª	200.000	1	200.000	Anual	Semestral (Fev e Ago)
SABER SOMOS (iv)	3ª	Única	800.000	1	800.000	No vencimento	Semestral (Mar e Set)
SABER SCIPIONE (iv)	4 ^a	Única	100.000	1	100.000	No vencimento	No vencimento
SARAIVA SOMOS (v)	1ª	Única	2.200	100	220.000	No vencimento	Semestral (Fev e Ago)

(b) Movimentação de Debêntures, empréstimos e financiamentos

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	303.881	542.920
Saldo proveniente de adquiridas	2.150.639	-
Adição - Principal	5.294.921	-
Adição - Custos de emissão	(35.596)	-
Juros provisionados	214.706	54.678
Apropriação dos custos	3.984	1.375
Pagamento de juros	(24.923)	(86.759)
Pagamento de principal	(223.990)	(208.333)
Saldo final	7.683.622	303.881

As debentures emitidas pela controlada EDE requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão. Os cálculos são exigidos desde 2012 até 2019, data do vencimento final.

Os índices financeiros da 1ª emissão, cujos cálculos são realizados semestralmente, são:

- (i) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization" EBITDA ajustado. O valor resultante deve ser igual ou inferior a 3,5.
- (ii) Resultado do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro ajustado. O valor não deve ser inferior a 1,2.

O índice financeiro da 2ª emissão, cujo cálculo é realizado anualmente, é:

(i) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As debentures emitidas pela controlada SABER também requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", os quais serão apurados trimestralmente, durante a vigência desta emissão, com base nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, que é garantidora da emissão. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é a razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado. O qual deve ser superior a 3.

Em 31 de dezembro de 2018, os índices financeiros de todas as emissões foram atendidos.

(c) Saldo das debentures, Empréstimos e Financiamentos por faixa de vencimento

	_ _	31/12/202	18
_	Vencimentos Parcelas	Total	%
_	2019	527.517	6,9
Total passivo não circulante Total		527.517	6,9
	2020	405.015	5,3
	2021	2.248.213	29,3
	2022 em diante	4.502.877	58,6
	_	7.156.105	93,1
	_	7.683.622	100,0

19. FORNECEDORES – RISCO SACADO

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R\$ 391.974 (R\$29.134 em 31 de dezembro de 2017), as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 0,92% a.m. (em 31 de dezembro de 2017, a média ponderada foi de 1,2% a.m.) e prazo médio de pagamento de 360 dias. O Saldo é inicialmente conhecido líquido dos ajustes a valor presente, os quais são subsequentemente reconhecidos como despesa financeira.

O incremento no saldo da rubrica foi gerado basicamente pela aquisição da Somos, em 11 de outubro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	-	-	94.686	55.584
INSS a recolher	-	-	61.819	51.695
FGTS a recolher	-	-	18.363	12.670
IRRF a recolher	-	-	39.215	24.271
Provisão de férias e 13º salário	-	-	109.254	57.940
Encargos sobre provisões	-	-	17.991	19.308
Provisão de participação dos lucros	2.970	82.407	141.193	82.407
Outros		3.120	25.730	24.554
	2.970	85.527	508.251	328.429

O incremento no saldo da rubrica foi gerado basicamente pela aquisição da Somos, em 11 de outubro de 2018.

21. CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÕES

_		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Colégio Leonardo da Vinci	75.295	
Colégio Lato Sensu	66.096	-
Imóvel Betim	48.977	-
Uniabc	28.657	27.544
Colégio SANTI	18.539	
ICF	13.482	16.810
IECAC (Sigma Águas Claras)	13.406	
Grupo Visão	10.942	
Livraria Livro Fácil	10.594	
Fateci	8.249	-
Febac	7.082	-
Iesville Educar / Intesc	5.397	5.000
Ítala	-	65.987
LFG	-	2.455
SEPA	1.683	-
Outras	17.398	4.990
Total	325.797	122.786
Circulante	132.440	107.907
Não circulante	193.357	14.879
<u>-</u>	325.797	122.786

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de contas a pagar de aquisições

_		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	122.786	147.166
Saldo proveniente de adquiridas	69.999	-
Adição	4.911.900	29.630
Atualização de juros	10.778	10.395
Baixas/Compensações	(8.485)	(7.019)
Ajuste a valor presente	(8.949)	(1.913)
Pagamentos	(4.772.232)	(55.473)
Saldo final	325.797	122.786

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI e IPCA de acordo com os respectivos contratos.

Vencimento de contas a pagar de aquisições

		31/12/2018	8
	Vencimentos Parcelas	Total	%
Total passivo circulante	2019	132.440	40,7
		132.440	40,7
	2020	57.846	17,8
	2021	40.226	12,4
	2022	56.943	17,5
	2023	38.342	11,8
Total passivo não circulante		193.357	59,3
Total		325.797	100,0

22. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, classifica a possibilidade de perda dos processos judiciais e administrativos nos quais figura como parte (ré).

22.1.Processos com expectativa de perda provável

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos de natureza trabalhista (22.1(i))	5.941	35.366	151.452	247.104
Processos de natureza tributária (22.1(ii))	50.842	57.942	172.291	243.966
Processos de natureza cível (22.1(iii))	7.206	15.936	99.190	99.169
	63.989	109.244	422.933	590.239

22.1. (i) Processos de natureza trabalhista

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía como demandas trabalhistas mais relevantes as listadas abaixo, sendo que parte delas é de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários das sociedades adquiridas:

- a) Ação coletiva movida por sindicado dos trabalhadores do ABC, e iniciada no ano de 2011, e que envolve diversos pedidos relacionados ao cumprimento no disposto em Convenção Coletiva da categoria dos professores, tais como: diferença de DSR sobre o adicional noturno, quinquênios, hora atividade e aulas a distância (EAD), composição do salário do professor (quinquênio, hora atividade, adicional noturno), diferença salarial do professor ingressante, vale alimentação, multa por descumprimento da cláusula normativa que trata do salário do professor ingressante e honorários advocatícios, no valor de R\$ 8.517;
- b) Reclamação trabalhista envolvendo pedido de reconhecimento de vínculo empregatício de professor de curso preparatório, com pagamento de todas as verbas atinentes (férias + 1/3, 13° salário, FGTS), horas extras, redução indevida de hora aula, adicional noturno, verbas rescisórias, multa do art. 477 e 467 da CLT, danos morais em razão da violação do direito e imagem, ressarcimento pelas reprises das aulas gravadas em venda online, multa pela rescisão antecipada do contrato, rescisão indireta do contrato de trabalho, anotações na CTPS e honorários advocatícios, no valor de R\$ 5.217;
- c) Como de responsabilidade de ex-mantenedor o principal processo é uma Ação Civil Pública movida por sindicado dos trabalhadores do ABC e iniciada em 2011, envolvendo o pedido de multa por descumprimento de cláusula normativa prevista em Convenção Coletiva da categoria dos professores que trata sobre o reajuste salarial e pagamento de férias, bem como adicional de 1/3 sobre as férias de julho/2011, além do pedido de honorários advocatícios, para o qual há provisão no valor de R\$ 1.540. Em caso de perda, a Companhia possui garantia contratual suficiente; e
- d) A Companhia é parte ainda em 2.007 processos de natureza trabalhista, de valores individuais inferiores aos itens acima, sendo o valor médio de R\$ 64. As demandas trabalhistas possuem objetos similares aos itens citados acima e/ou requerimento de pagamento de verbas trabalhistas em geral.

22.1.(ii) Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía como demandas tributárias mais relevantes as listadas abaixo, sendo que parte delas é de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários das sociedades adquiridas:

 a) Execuções fiscais ajuizadas pelo Município de São Paulo cobrando o ISSQN do período de 2007 a 2011, com maior exposição financeira dos antigos Mantenedores da Academia Paulista

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Anchieta, sociedade adquirida pela Anhanguera em setembro de 2011, no valor de R\$ 110.787. Em caso de perda, a Companhia possui garantia contratual suficiente na parcela de responsabilidade dos vendedores;

- b) Auto de Infração referente ao período de 2002 a 2007 lavrado pela Receita Federal do Brasil para apurar remessas de valores ao Funadesp, consideradas doações adicionadas ao Lucro Líquido, existência de divergências mensais de recolhimentos e multa de ofício para os recolhimentos e compensações realizados no curso da ação de fiscalização, no valor de R\$ 1.533. Em caso de perda, a Companhia possui garantia contratual suficiente; e
- c) A Companhia é parte ainda em 27 processos de natureza tributária, de valores individuais inferiores aos itens acima, sendo o valor médio de R\$ 1.753. As demandas envolvem crédito tributário de naturezas diversas.

22.1.(iii) Processos de natureza civil

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía como demandas cíveis mais relevantes as listadas abaixo, sendo que parte delas é de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários das sociedades adquiridas:

- a) Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização pela qual a autora, antiga parceira da Anhanguera alega que a empresa não estaria cumprindo integralmente o contrato de parceria empresarial firmado entre as partes, cujo objeto é a transmissão, via satélite, de cursos preparatórios de concursos de públicos. Afirmar que a AESA descumpriu obrigações contratuais dentro quais a criptografia do sinal do satelitário dos cursos ministrados no valor de R\$ 8.206;
- b) Como responsabilidade de ex-mantenedor, o principal processo é uma Ação de Cobrança, de responsabilidade integral dos antigos Mantenedores da Academia Paulista Anchieta, em que a Autora alega danos decorrentes da realização de obras irregulares e ausência de condições de uso quando da devolução do imóvel, no valor de R\$ 9.427. Em caso de perda a Companhia possui garantia contratual suficiente;
- c) Como responsabilidade de ex-mantenedor, ação de cobrança que tem por objeto a cobrança de preço adicional de subsidiária adquirida por nossa controlada IUNI antes de sua aquisição pela Companhia, no valor de R\$ 6.831. Em caso de perda a Companhia possui garantia contratual suficiente; e
- d) A Companhia é parte ainda em 5.289 processos de natureza cível, de valores individuais inferiores aos itens acima, sendo o valor médio de R\$ 10. As demandas envolvem em sua maioria pedidos de natureza consumerista.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No quadro abaixo demonstramos a movimentação de contingências do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

				Controladora(i)
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2017	57.942	15.936	35.366	109.244
Atualização monetária	-	-	512	512
Reversões (i)	(6.943)	(8.326)	(29.416)	(44.685)
Total efeito resultado	(6.943)	(8.326)	(28.904)	(44.173)
Processos Ex Mantenedor	(157)	(403)	(521)	(1.081)
Pagamentos		(1)		(1)
Total pagamentos	(157)	(404)	(521)	(1.082)
Saldo em 31/12/2018	50.842	7.206	5.941	63.989

(i) As principais reversões são relativas a prescrição dos processos trabalhista

			Consolidado
Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
243.966	99.169	247.104	590.239
532	101.322	57.642	159.496
874	2.114	1.339	4.327
(69.465)	(53.488)	(109.721)	(232.674)
(68.059)	49.948	(50.740)	(68.851)
(15.760)	2.550	(846)	(14.056)
(492)	(73.411)	(50.981)	(124.884)
(16.252)	(70.861)	(51.827)	(138.940)
12.636	20.934	6.915	40.485
172.291	99.190	151.452	422.933
	243.966 532 874 (69.465) (68.059) (15.760) (492) (16.252) 12.636	243.966 99.169 532 101.322 874 2.114 (69.465) (53.488) (68.059) 49.948 (15.760) 2.550 (492) (73.411) (16.252) (70.861) 12.636 20.934	243.966 99.169 247.104 532 101.322 57.642 874 2.114 1.339 (69.465) (53.488) (109.721) (68.059) 49.948 (50.740) (15.760) 2.550 (846) (492) (73.411) (50.981) (16.252) (70.861) (51.827) 12.636 20.934 6.915

- (a) Cíveis Adição de 13.441 processos judiciais variados de natureza cível que totalizam R\$ 101.322, com valores individuais não materialmente relevantes. A adição de valor mais relevante foi da ordem de R\$ 2.500; e
- (b) Trabalhista Adição de 1.358 processos judiciais variados de natureza trabalhista que totalizam R\$ 57.642, com valores individuais não materialmente relevantes. A adição de valor mais relevante foi da ordem de R\$ 1.268;
- (i) As reversões ocorridas no ano de 2018, se referem a movimentos que geraram efeito no resultado da Companhia, sendo as principais:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a. Tributárias: As principais reversões foram: na controlada Unime de Lauro de Freitas houve reversão de R\$ 10.987 em razão de êxito parcial em execução fiscal de ISSQN; na controlada Anhanguera Educacional em São Paulo houve reversão de R\$ 1.231, adicionalmente, houve outras reversões variadas na Companhia que totalizaram R\$ 57.247;
- b. Cíveis: As principais reversões foram: na controlada Anhanguera Educacional de Rio Grande/RS houve reversão de R\$ 900 em razão de êxito parcial em ação judicial que se discutia a cobrança indevida de taxas de serviços administrativos; na controlada Anhanguera Educacional em São José/SC houve reversão de R\$ 800, adicionalmente, houve outras reversões variadas na Companhia que totalizaram R\$ 51.788;
- c. Trabalhistas: As principais reversões foram: na controlada Anhanguera Educacional de Belo Horizonte/MG houve reversão de R\$ 2.101 em razão de êxito em reclamação trabalhista em que o autor postulava pagamento de verbas trabalhistas em geral; na Controlada IUNI houve reversão de R\$ 1.117, adicionalmente, outras reversões variadas na Companhia que totalizaram R\$ 106.503.

22.2.Processos com expectativa de perdas possíveis

				Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	Quantidade 31/12/2018	Quantidade 31/12/2017
Tributárias (22.2(i))	487.346	368.651	188	147
Cíveis (22.2(ii))	384.549	216.156	15.504	11.473
Trabalhistas (22.2(iii))	93.743	80.591	1.169	1.144
Total	965.638	665.398	16.861	12.764

A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2018 16.861 processos judiciais/administrativos classificados pela administração como risco de perda possível com base na opinião de seus assessores legais, dos quais destacamos os principais:

(i) Tributárias:

- a) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em face da Companhia após procedimento fiscalizatório referente ao não recolhimento de tributos relativos à concessão de ações em planos de outorga de ações da Companhia no período de janeiro/2014 a outubro/2017, no valor de R\$ 131.311.
- b) Ações fiscais ajuizadas pela União Federal com a finalidade de que haja o pagamento de dívida tributária oriunda de contribuições previdenciárias relativas à inscrição em dívida ativa referente ao período em que a controlada IUNI pertencia ao ex-mantenedor e gozava de imunidade tributária quando era entidade filantrópica e sem fins lucrativos. Os processos fiscais relacionados a este objeto R\$160.085. Em caso de perda, o ex-mantenedor responderá parcialmente por esta contingência até o montante aproximado de R\$70.000. A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

perda que exceder a este valor será suportada pela Companhia.

(ii) Cíveis:

- a) Ação indenizatória ajuizada pela Credituni pleiteando a substituição dos direitos creditórios cedidos pela subsidiária Anhanguera Educacional em razão de contrato assinado no âmbito e em decorrência da aquisição da Academia Paulista Anchieta. O valor estimado da causa é de R\$ 152.034;
- b) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná na qual pretende a nulidade das Leis Municipais 2.463/201.003 e 2.553/2.005 da cidade de Arapongas, Estado do Paraná, que culminaram na cessão de uso de terreno e imóvel para a instalação da UNOPAR (Campus Bandeirantes) sem prévia licitação no valor de R\$ 12.000. A responsabilidade é do Ex Mantenedor da UNOPAR, sendo que a Companhia tem direito contratual a indenização em caso de perda.

(iii)Trabalhistas:

- a) Reclamação envolvendo pedido de reconhecimento de vínculo empregatício de professor de curso preparatório, com pagamento de todas as verbas atinentes (férias + 1/3, 13° salário, FGTS), horas extras, adicional noturno, verbas rescisórias, anotações na CTPS e honorários advocatícios. A responsabilidade deste processo é da Companhia no valor de R\$ 7.000;
- b) Reclamação envolvendo pedido de horas extras, adicional por acúmulo e desvio de função, indenização por danos morais, concessão de bolsas e honorários advocatícios. A responsabilidade deste processo é integralmente da Companhia no valor de R\$ 2.000;
- c) Em relação às demandas trabalhistas, há ainda 1.167 processos com pedidos de natureza diversas com ticket médio de R\$ 73.

22.3.Depósitos Judiciais

Composição de depósitos judiciais

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	8.838	9.208
Cíveis	12.063	10.036
Trabalhistas	81.755	51.781
Total	102.656	71.025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. PROVISÃO PARA PASSIVOS ASSUMIDOS EM COMBINAÇÃO DE NEGOCIOS

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, reconheceu no seu passivo uma provisão no montante de R\$ 3.253.521, referentes a potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento das legislações trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das sociedades adquiridas.

A Companhia possui garantias contratuais em face dos vendedores das adquiridas, caso venha a sofrer alguma perda em razão de contingência cuja responsabilidade seja atribuída a tais vendedores. Ainda referente à da aquisição da Somos uma conta Escrow no montante de R\$ 450.000, foi contratada como garantia de contingencias de responsabilidade dos vendedores da Somos.

A Companhia reconheceu, contabilmente, a potencial obrigação resultante de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

Além disso, a administração está em processo para revisão de todos os procedimentos cuja responsabilidade tem data anterior à aquisição. Vale ainda ressaltar que como mencionado, os valores provisionados foram estimados com base em relatórios de assessores externos e se basearam em entrevistas e informações qualitativas e, portanto, poderão ser revisadas.

O saldo dos passivos assumidos na combinação de negócios com empresas adquiridas são os seguintes:

_				Consolidado
	Tributárias	Civel	Trabalhistas	Total
CELV / DA VINCI	139.437	1.889	111.543	252.869
FATECI /				
CLAUDER	20.680	17.687	1.702	40.069
ICF	19.874	14.429	12.450	46.753
FEBAC	18.594	7.297	5.805	31.696
SOMOS	1.741.687	158.282	700.661	2.600.629
LATO SENSU	-	227.394	13.614	241.008
SEPA		24		24
=	1.940.272	427.002	845.775	3.213.048

Os principais processos judiciais/administrativos da Companhia decorrentes de aquisições realizadas no ano de 2018, classificados pela administração como possível com base na opinião de seus assessores legais, são os seguintes:

- a) Tributários Auto de infração lavrado pelo Município de Vitória em razão do não recolhimento de ISSQN no valor de R\$ 33.611. Este processo é de responsabilidade do ex-mantenedor e a Companhia possui garantia contratual suficiente em caso de perda.
- b) Tributários Auto de Infração para cobrança de IRPJ e de CSLL, acrescidos de multa qualificada em 150% decorrente de glosa de ágio amortizado e despesas indedutíveis, além de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

multa isolada (pelo suposto recolhimento menor de estimativas), relativamente aos anoscalendário de 2011 a 2014. O Auto de Infração foi lavrado em face da Somos Sistemas de Ensino S.A, tendo sido incluídas como responsáveis solidárias as empresas Somos Educação S.A. e Ativic S.A. (esta vinculada ao Grupo Abril), nos termos do artigo 124, inciso I, do Código Tributário Nacional, no valor de R\$ 381.544;

- c) Tributário Auto de Infração visando a cobrança de supostos débitos relativos ao IRPJ e reflexos - PIS, COFINS, CSLL e Multa Isolada, referente aos anos de 2000, 2001 e 2002.O Auto de Infração envolve 7 itens de autuação e, atualmente, só há pendência do item referente ao ágio, no valor de R\$ 82.316;
- d) Tributário Auto de Infração lavrado pela SRF quanto ao não recolhimento de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como aplicação de multa de oficio qualificada em 150% e aplicação de multa isolada sobre as estimativas mensais de IRPJ/CSLL, com relação aos anos-calendário de 2013 a 2015. O auto de infração foi lavrado em face da empresa Central de Produções GWUP S.A e tendo sua subsidiária Somos, como responsável solidária. A exigência de IRPJ e CSLL resultou da glosa de despesas financeiras, consideradas indedutíveis pela fiscalização e da glosa da amortização do ágio. Em decorrência dos ajustes efetuados pela Fiscalização, também foi exigida multa isolada em razão do suposto não recolhimento de estimativas mensais de IRPJ e CSLL. 3, no valor de R\$ 114.662. Este processo é de responsabilidade de ex-mantenedor e a Companhia possui garantia contratual suficiente em caso de perda.
- e) Tributário Mediante histórico e análises de riscos de autuações em decorrência do aproveitamento do ágio em aquisições realizadas pela SOMOS, com consequente constituição do crédito tributário pela autoridade fazendária, considerou-se uma potencial obrigação resultante de eventos passados de R\$ 747.838 e outros procedimentos que podem sofrer questionados de natureza tributária que totalizam R\$ 152.876.
- f) Civel Ação de indenização ajuizada por terceiro em face de Editora Ática S.A., por meio das quais o autor alega que teria atuado como distribuidor exclusivo das obras editadas pela Ática nos Estados do Espírito Santo e da Bahia, cujo valor envolvido é de R\$ 8.806;
- g) Trabalhista Mediante histórico e analises de riscos em decorrência de não conformidades em relação às práticas passadas trabalhistas, a principal provisão potencial obrigação resultante de eventos passados diz respeito a pagamentos reiterados a prestadores de serviços através de RPA's e notas fiscais de pessoas jurídicas, no montante de R\$ 207.508 e outras não conformidades diversas de natureza trabalhista que totalizam R\$ 392.003.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

h) Cível - Mediante histórico e análises de risco, a Companhia reconheceu potencial obrigação decorrente de eventos passados, multas contratuais pela rescisão antecipada de contratos, em especial contratos de locação de imóveis, que totalizam a importância de R\$ 41.702 e outras não conformidades diversas de natureza trabalhista que totalizam R\$ 102.008.

Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Abaixo a composição dos processos judiciais/administrativos provisionados, cuja responsabilidade é garantida contratualmente pelo ex-mantenedor:

Consolidado
Total
162.222
14.199
779.949
(23.151)
933.219

As garantias constituídas em razão das aquisições, em contrapartida de contingências mencionadas na Nota 22.3, estão previstas contratualmente e são compostas por: a) retenção de aluguéis de imóveis locados por subsidiárias da Companhia; b) retenção de parte do preço de aquisição; e c) hipoteca de imóvel pertencente aos vendedores. Os valores contabilizados de provisão de contingência e a sua contrapartida em garantia dos vendedores representando os valores apurados até o momento, com base nas informações disponíveis da diligência efetuadas pelos assessores externos da Companhia e, que poderão ser revisadas em até de um ano da data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 — Combinação de negócios

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício Alíquota nominal combinada do	1.379.300	1.832.767	1.379.389	1.920.595
imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(468.962)	(623.141)	(468.992)	(653.002)
Equivalência patrimonial	460.869	652.753	(689)	-
Incentivo fiscal em controladas sujeita ao benefício ProUni	-	-	426.107	561.100
Adições (exclusões) líquidas (i)	31.180	19.416	23.124	3.360
Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada	-	-	(838)	838
Consumo de prejuízo fiscal no período IRPJ e CSLL diferidos não	-	-	-	459
constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	1.360	467	(1.407)	(2.928)
IRPJ e CSLL demais movimentações		54	36.162	51.894
Total IRPJ e CSLL	24.447	49.549	13.467	(38.279)
IRPJ e CSLL correntes no resultado	-	(1.035)	(122.422)	(97.000)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	24.447	50.584	135.889	58.721
	24.447	49.549	13.467	(38.279)

⁽i) As principais adições e exclusões são: provisões para perdas fiscais, trabalhistas e cíveis e participações de funcionários.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado conforme segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – efeito no resultado

		Efeito no res	ultado	Controladora
	31/12/2017	Amortização do ágio	Outros	31/12/2018
No passivo	_			
Ágio sobre combinação de negócios	(694.320)	24.447	<u> </u>	(669.873)
Passivo não circulante líquido	(694.320)	24.447		(669.873)

				Consolidado
	31/12/2017	Efeito no resultado	Saldo de Combinação de Negócios	31/12/2018
Imposto de renda / Contribuição Social:				
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	168.124	(32.139)	227.395	363.380
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	293.140	102.815	2.341	398.296
Ajuste valore presente	77.074	426	(8.268)	69.232
Provisão contingência	117.362	(41.339)	7.518	83.541
Depreciação	3.334	(3.574)	-	(240)
Provisões não dedutíveis	30.175	8.699	30.326	69.199
Participação nos lucros e resultado	-	-	29.934	29.934
Plano de Opção de Ações	-	7.462	-	7.462
Ágio sobre combinação de negócios	(1.256.398)	(622)	(232.524)	(1.489.544)
Outros Ajustes	(113.643)	94.162	(37.994)	(57.475)
Passivo diferido líquido	(680.832)	135.890	18.728	(526.215)
Ativo não circulante	241.881			515.900
(-) Passivo não circulante	(922.714)			(1.042.115)
	(680.832)			(526.215)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos por ano de realização

		Consolidado
Faixa de realização	Total	%
2019	330.040	33%
2020	164.059	16%
2021	203.490	20%
2022	169.290	17%
2023 em diante	141.780	14%
	678.619	67%
	1.008.659	100%

c) Incentivos fiscais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O ProUni estabelece por meio da Lei no. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados tributos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As entidades de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

O valor dos benefícios fiscais em virtude do ProUni apurados no exercício findo em31 de dezembro de 2018, incluindo PIS e COFINS, é de R\$ 614.366 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 765.541).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$4.425.677 (R\$ 4.363.825 em 31 de dezembro de 2017). Em 16 de março de 2018, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 61.852, sendo R\$ 50 milhões mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva para investimento, sem a emissão de novas ações e sem modificação do número de ações.

	31/12/2018	31/12/2017
Total de ações ex-tesouraria	1.629.605.489	1.640.357.183
Total de ações em tesouraria	14.642.717	169.265
Total de ações	1.644.248.206	1.640.526.448

Ações em tesouraria

	Quantidade de ações
31/12/2018	31/12/2017
169.265	2.211.075
17.212.500	200.000
(2.739.048)	(2.241.810)
14.642.717	169.265
	169.265 17.212.500 (2.739.048)

b) Reserva capital

A Companhia concede planos de pagamento baseado em ações dedicados ao Grupo que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. O saldo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 210.828 (R\$ 187.49 em 31 de dezembro de 2017), maiores detalhes da operação (Nota 26).

(i) Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios

O saldo da reserva de instrumentos patrimoniais decorre principalmente da incorporação de ações da Anhanguera ocorrida em 3 de julho de 2014, com a emissão de 135.362.103 ações ordinárias,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

Na mesma da data, a Companhia realizou aumento de capital com base no valor contábil de R\$2.327.299, referente ao patrimônio líquido da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R\$5.981.227 foi contabilizado como reserva de capital (instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios).

c) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

ii. Reserva para investimentos

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após a compensação do prejuízo acumulado, a constituição de reserva legal e a proposição de dividendos, no valor de R\$ 902.271 (R\$1.072.869 em 31 de dezembro de 2017), foi transferido para a rubrica "Reserva para investimentos", conforme o artigo 42 do Estatuto Social, e será utilizada para investimento na própria Companhia, a fim de financiar a expansão de suas atividades, seja ela orgânica, seja por meio de aquisições no mercado, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela Administração para o exercício de 2019.

iii. Reserva para orçamento de capital

Em 16 de abril de 2015 foi aprovada pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração da Companhia a destinação de R\$186.000 para a Reserva de Orçamento de Capital, valor este que reflete as necessidades de investimento de capital da Companhia. Os recursos serão utilizados em Projetos de Tecnologia da Informação, Obras de expansão e maturação de unidades, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios e Livros.

a) Dividendos

	Acumulado 2018	Acumulado 2017
Lucro Líquido	1.403.747	1.882.316
Calculo da Reserva Legal - 5%	(70.187)	(94.116)
Lucro Líquido ajustado	1.333.560	1.788.200
Dividendos mínimo obrigatório - 25%	333.390	447.050
Dividendos Intercalares pagos	183.908	212.561
Total de dividendos intercalares pagos no exercício (i)	(490.420)	(566.831)
Dividendos propostos	26.878	92.780

(i) Distribuições de dividendos intercalares aprovadas pelo Conselho de Administração em 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. PROGRAMA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Plano de outorga de ações restritas

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2018, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto.

Poderão ser outorgados direitos ao recebimento de um número máximo de ações restritas que não exceda 19.416.233 (dezenove milhões, quatrocentas e dezesseis, duzentas e trinta e três) ações, quantidade correspondente a 1,18% do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano, excluídas as ações que se encontrem em tesouraria também nesta data.

A obrigação da Companhia de transferir as ações restritas no âmbito do Plano, em até 10 (dez) dias contados da data do término do período de carência, está condicionada à continuidade do vínculo empregatício e/ou de administrador, conforme o caso, de cada participante com a Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data de celebração do respectivo contrato.

O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga.

A concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria.

A Companhia ofereceu aos beneficiários outorgados no âmbito do Plano 2015 cujo contrato tenha período de carência do último lote encerrando-se em 2020, 2021 ou 2022, a alternativa de: a) permanecer titular de suas opções ou b) cancelar o saldo de opções e substituí-las na mesma data por uma outorga equivalente no âmbito do novo Plano de Ações Restritas. Foram mantidos os períodos de carência dos contratos originais e preservados no cálculo da relação de troca os ganhos originais esperados pelos beneficiários. Houve o recalculo do valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da modificação separadamente para cada um dos lotes de cada outorga, e verificou-se que não houve incremento, ou seja, o valor justo original era maior que o atual.

Segue abaixo quadro representativo da movimentação realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

PLANOS	31/12/2017	Ações restritas outorgadas (i)	Ações Restritas Liquidadas	Ações Restritas Canceladas	31/12/2018	Preço médio ponderado das ações restritas liquidadas
Plano 2015 - Substituídos	-	1.935.069	(394.665)	(36.132)	1.504.272	R\$ 11,11
Plano 2018 -						
Novos		7.340.286			7.340.286	
TOTAL		9.275.355	(394.665)	(36.132)	8.844.558	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram canceladas 6.250.000 opções de compra de ações e substituídas na mesma data por 1.935.069 ações restritas, conforme cálculo da relação de troca.

A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Ações Restritas no montante de R\$ 9.204 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido. Foram reconhecidas também como despesas de pessoal os encargos no montante de R\$ 8.188 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em contrapartida a provisão de encargos, no Passivo.

Planos de opção de compra de ações

Os planos que outorgam opções para a aquisição de ações de emissão da Companhia têm como objetivo atrair e reter executivos da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas, bem como incentivar a maior integração de tais executivos à Companhia, dando-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas, ou de aumentarem sua participação societária na mesma, obtendo um maior alinhamento de interesses e compartilhando, assim, o sucesso ao atingir os seus objetivos sociais.

São elegíveis para participar dos planos os administradores e executivos seniores da Companhia e de suas controladas, indicados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, conforme o caso.

Os programas de opção de compra de ações, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, possuem as seguintes características:

Programa	Data da Outorga	Preço de exercício na outorga	Prazo de carência	Opções outorgadas ativas
KROT_Plano2009	08/02/2010 a 01/0/2013	R\$2,18 a R\$5,78	5 lotes com prazo de 12, 24, 36, 48 e 60 meses; ou 4 lotes com prazo de 6, 18, 30 e 42 meses	2.314.666
AEDU_Plano2010	03/07/2014	R\$6,06 a R\$11,20	3 lotes com prazo de 36, 48 e 60 meses	85.655
AEDU_Plano2013	18/06/2013 a 03/07/2014	R\$9,94 a R\$11,20	3 lotes com prazo de 36, 48 e 60 meses	4.375.567
KROT_Plano2013	26/11/2013 a 02/062015	R\$5,67 a R\$13,01	4 lotes com prazo de 6, 18, 30 e 42 meses	7.050.000
KROT_Plano2015	05/10/2015 a 05/12/2017	R\$8,42 a R\$18,24	4 lotes com prazo de 6, 18, 30 e 42 meses	19.545.294
				33.371.182

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada contrato.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados, considerando o desdobramento de forma retrospectiva, estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

PLANOS	31/12/2017	Outorgadas	Realizadas (i)	Canceladas / Abandonadas (ii)	31/12/2018	Preço médio do exercício
KROT_Plano2009	5.914.666		(3.600.000)	-	2.314.666	2,91
AEDU_Plano2010	213.489	-	(121.758)	(6.076)	85.655	6,20
AEDU_Plano2013	4.428.403	-	(30.537)	(22.299)	4.375.567	9,81
KROT_Plano2013	9.130.000	-	(1.900.000)	(180.000)	7.050.000	7,17
KROT_Plano2015	25.477.794	2.990.000	(500.000)	(8.422.500)	19.545.294	9,00
TOTAL	45.164.352	2.990.000	(6.152.295)	(8.630.875)	33.371.182	-

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram exercidas 6.152.295 opções sendo 3.721.758 via aumento de capital com objetivo específico de entregar estas novas ações ao beneficiário e 2.430.537 em contrapartida à alienação de ações em tesouraria (31 de dezembro de 2017 foram exercidas 16.698.480 opções, sendo 14.456.670 via aumento de capital e 2.241.810 em contrapartida à alienação de ações em tesouraria).
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram canceladas 8.630.875 opções de compra de ações e substituídas por 1.935.069 ações restritas, conforme cálculo da relação de troca.

Cálculo do valor justo e despesa no resultado

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica reservas de capital, no patrimônio líquido.

A partir de 2015, a Companhia passou a utilizar para cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binominal.

A Companhia não modificou as outorgas anteriores, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo *Black & Scholes*.

O contrato de opções vigente com vencimento mais longo tem como última data de carência 06 de novembro de 2019.

As premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas de cada um dos Planos de opção de compras de ações vigentes são apresentadas abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Programas				
		Kroton		AE	DU
	Plano 2009	Plano 2013	Plano 2015	Plano 2010(i)	Plano 2013
Preço das Ações (na data da outorga)	R\$2,31 a R\$7,00	R\$9,48 a R\$15,84	R\$8,81 a R\$18,24	R\$ 3,73	R\$ 3,73
Taxa livre de risco	6,0% a 9,0%	7,0% a 12,6%	6,8% a 16,5%	12,6%	12,6%
Expectativa de Volatilidade anual	27,9% a 35,0%	24,7% a 37,3%	38,4% a 40,8%	31,1%	31,1%
Modelo de Cálculo de Volatilidade	Desvio Padrão	Desvio Padrão ou EWMA	EWMA ou Garch	Desvio Padrão	Desvio Padrão
Dividendos esperados	0% a 3,4%	2,1% a 3,5%	3,5%	2,6%	2,6%
Duração do programa em anos	6 a 10	5 a 8	8	6	5
Valor justo da opção na data de outorga (R\$/ação)	R\$0,75 a R\$2,22	R\$2,44 a R\$5,64	R\$3,27 a R\$5,38	R\$ 2,73	R\$ 5,55

(i) Plano exercível até 2020

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidos R\$22.265 de despesa de valor justo de opções (R\$37.039 em 31 de dezembro de 2017).

27. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

(i) As controladas Unic Educacional, Unime LF e Iuni utilizam imóveis alugados da Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda., (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia):

_	Término do contrato	Valor mensal	Îndice de reajuste
Unic Educacional	Março/2020	198	IPCA
Unime LF	Março/2020	669	IPCA
Iuni	Março/2020	1.177	IPCA

(ii) A controlada EDE utiliza imóveis alugados da Creare Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. (sociedade controlada por membros do Conselho de Administração da Companhia):

	Término do contrato	Valor mensal	Índice de reajuste
EDE	Janeiro/2032	1.274 (dez/2018)	IPCA
EDE	Janeiro/2021	23 (set/2018)	IPCA

- (ii) A controlada AESAPAR utiliza imóvel alugado da HK Campinas Empreendimentos Imobiliários Ltda. (sociedade controlada por descendente de 1º grau de membro do Conselho de Administração da Companhia). O contrato tem vigência até dezembro de 2024, com valor fixo mensal de R\$359 (dez/2018). O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (iii) A controlada PITÁGORAS utiliza imóvel alugado do Sistema Pitágoras de Ensino Sociedade Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(sociedade controlada por membros do Conselho de Administração da Companhia). O contrato tem vigência até agosto de 2023, com valor fixo mensal de R\$205 (dez/2018). O índice de reajuste utilizado é o IPCA.

- (iv) Foi firmado em 26 de janeiro e 31 de julho de 2018 Contratos de Doações com Encargo entre Kroton Educacional S.A. e a Fundação Pitágoras, visando o cumprimento dos objetivos sociais e institucionais da Fundação. Houve desembolsos de R\$ 455 e 526 respectivamente referente a este contrato em 2018.
- (v) Foi firmado em 04 de abril de 2018 Contrato de Doação com Encargo entre Kroton Educacional S.A. e a Fundação Pitágoras, visando o cumprimento dos objetivos sociais e institucionais da Fundação. Houve desembolso R\$1.066 referente a este contrato em 2018.
- a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor máximo de R\$ 83.785 (R\$ 71.464 em 31 de dezembro de 2017). A remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

Remuneração dos administradores

	31/12/2018	31/12/2017
Salários	13.598	11.379
Benefícios	500	405
Encargos	4.051	2.400
Remuneração variável (i)	26.546	17.252
Plano de ações	13.104	17.773
	57.799	49.209

(i) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimita-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Coberturas
Bens do imobilizado	559.500
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	230.000
Veículos	76.125
	865.625

29. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Ensino superior presencial		
Receita bruta	5.609.960	5.545.836
Deduções da receita bruta		
Impostos	(151.752)	(152.518)
ProUni	(787.043)	(692.205)
Descontos	(410.506)	(394.155)
Receita líquida	4.260.659	4.306.958
Ensino superior EAD		
Receita bruta	1.438.185	1.415.316
Deduções da receita bruta		
Impostos	(30.338)	(30.706)
ProUni	(265.100)	(225.465)
Descontos	(85.750)	(85.742)
Receita líquida	1.056.997	1.073.403
Receita líquida ensino superior	5.317.655	5.380.361
Educação básica		
Receita bruta	855.272	190.417
Deduções da receita bruta		
Impostos	(22.548)	(4.844)
Devoluções	(89.672)	(8.186)
Receita líquida educação básica	743.053	177.387
Total		
Receita Bruta	7.903.417	7.151.569
Deduções da receita bruta		
Impostos	(204.638)	(188.068)
Prouni	(1.052.143)	(917.670)
Descontos	(496.256)	(479.897)
Devoluções	(89.672)	(8.186)
Receita líquida	6.060.708	5.557.748

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos sociais	60.292	(3.615)	(1.920.430)	(1.697.409)
Depreciação e amortização	(74.961)	(148.978)	(476.778)	(416.714)
Aluguel e condomínio	-	-	(455.226)	(400.622)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(672.491)	(583.180)
Utilidades, limpeza e segurança	(313)	(247)	(237.464)	(204.096)
Publicidade e propaganda	(374)	(257)	(410.894)	(306.996)
Serviços de terceiros	-	-	(11.265)	(18.645)
Consultorias e assessorias	(11.255)	(2.355)	(185.070)	(151.256)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(183.934)	(15.253)
Viagens	-	-	(45.780)	(35.475)
Direitos autorais	-	-	(24.457)	(7.211)
Taxas e contribuições	(8)	(274)	(44.141)	(41.299)
Contingências	44.173	63.667	68.851	72.802
Outras receitas (despesas), líquidas	1.700	(251)	(214.704)	(83.447)
Resultado na venda da Uniasselvi		<u> </u>		25.560
	19.254	(92.310)	(4.813.783)	(3.863.241)
Custo das vendas e serviços	-	-	(2.268.804)	(2.105.890)
Despesas com vendas	-	-	(1.502.580)	(941.876)
Despesas gerais e administrativas	19.254	(92.310)	(1.051.990)	(839.198)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	9.591	(1.837)
Resultado na venda da Uniasselvi				25.560
	19.254	(92.310)	(4.813.783)	(3.863.241)

31. RESULTADO FINANCEIRO

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades	-	-	202.774	145.166
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e	5.242	9.176	133.732	132.384
valore mobiliários	3.242	9.170	133.732	132.364
Descontos obtidos	-	=	877	1.364
Juros ativo	-	20	52.800	19.150
Outras		6	30.626	22.962
	5.242	9.202	420.809	321.026
Despesas financeiras				
Juros e custos das debêntures (i)	-	-	(206.641)	(30.791)
Atualização de obrigações por aquisições de controladas	-	-	(10.778)	(10.395)
Tarifas bancárias e de cobrança	(12)	(6)	(27.603)	(16.511)
Juros e mora comercial	-	-	(2.322)	(2.693)
Juros e mora fiscal	(3)	(1)	(9.845)	(7.754)
Atualização de Contingências	(512)	(3.816)	(4.327)	(12.510)
Outras	(166)	(164)	(24.802)	(14.284)
	(693)	(3.987)	(286.318)	(94.938)
Resultado financeiro	4.549	5.215	134.491	226.088
				72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia utiliza três segmentos operacionais para diferenciação de seus produtos oferecidos: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior à Distância – EAD e Educação Básica.

Informação por Segmento - Consolidado 2018

				Exercício find	o em 31/12/2018
	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educação Básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	4.260.658	1.056.997	743.053	_	6.060.708
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.958.439)	(148.367)	(161.998)		(2.268.804)
	2.302.219	908.630	581.055	-	3.791.904
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(795.232)	(286.725)	(420.623)	-	(1.502.580)
Despesas gerais e administrativas	(267.189)	(75.480)	(138.578)	(570.743)	(1.051.990)
Outras despesas, líquidas				7.564	7.564
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	1.239.798	546.425	21.854	(563.179)	1.244.898
Ativos	12.667.083	5.644.924	12.112.394	220.638	30.645.039
Passivos circulante e não circulante	1.595.673	492.422	12.157.415	408.825	14.654.335

Informação por Segmento - Consolidado 2017

			Exercício findo	em 31/12/2017
Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educação Básica	Parcela não alocada	Total
4.306.958	1.073.403	177.387	-	5.557.748
(1.842.092)	(172.865)	(90.933)	<u>-</u>	(2.105.890)
2.464.866	900.538	86.454	-	3.451.858
(674.854)	(248.252)	(18.770)	-	(941.876)
(296.843)	(73.811)	(6.166)	(462.378)	(839.198)
=	-	-	(1.837)	(1.837)
			25.560	25.560
1.493.169	578.475	61.518	(438.655)	1.694.507
12.167.981	5.741.837	219.185	538.760	18.667.762
1.558.739	504.608	45.276	1.351.413	3.460.036
	Presencial 4.306.958 (1.842.092) 2.464.866 (674.854) (296.843) 1.493.169	Ensino Superior Presencial Superior EAD 4.306.958 1.073.403 (1.842.092) (172.865) 2.464.866 900.538 (674.854) (248.252) (296.843) (73.811) - - 1.493.169 578.475 12.167.981 5.741.837	Ensino Superior Presencial Superior EAD Educação Básica 4.306.958 1.073.403 177.387 (1.842.092) (172.865) (90.933) 2.464.866 900.538 86.454 (674.854) (248.252) (18.770) (296.843) (73.811) (6.166) - - - 1.493.169 578.475 61.518 12.167.981 5.741.837 219.185	Ensino Superior Presencial Superior EAD Educação Básica Parcela não alocada 4.306.958 1.073.403 177.387 - (1.842.092) (172.865) (90.933) - 2.464.866 900.538 86.454 - (674.854) (248.252) (18.770) - (296.843) (73.811) (6.166) (462.378) - - (1.837) - - - 25.560 1.493.169 578.475 61.518 (438.655) 12.167.981 5.741.837 219.185 538.760

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício.

_	31/12/2018	31/12/2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.392.856	1.882.316
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.628.408	1.625.332
Lucro básico por ação ordinária	0,86	1,16

b) Diluído

Para efeitos de diluição, a Companhia possui plano de opção de compra de ações outorgadas aos beneficiários, pelo qual é permitida a emissão de ações no momento de exercício da opção. Em 31 de dezembro de 2018, existem ações com potencial de diluição, uma vez que seu preço médio de exercício é inferior ao preço médio da ação da Companhia no mercado.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.392.856	1.882.316
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.628.408	1.625.332
Potencial incremento de ações ordinárias (em milhares)	24.870	18.766
Lucro diluído por ação ordinária	0,84	1,14

34. COMPROMISSOS FUTUROS

A Companhia aluga prédios para suas unidades e prédios administrativos, por meio de diversos contratos operacionais que vencem em datas distintas, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Até um ano	488.144	357.161
Um ano até cinco anos	1.378.164	1.201.241
Mais de cinco anos	1.246.967	1.090.612
	3.113.275	2.649.014
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de Capital

Em 28 de março de 2019, nos termos do art. 6°, § 2° do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 586.000mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva para investimento R\$ 400.000 e reserva para orçamento de capital R\$ 186.000, sem a emissão de novas ações e sem modificação do número de ações, tendo em vista que, com a destinação do lucro líquido proposta nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo de reservas de lucros ultrapassariam os limites de reservas previstos no art. 199 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.

Aquisição Faculdade Metropolitana

Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia através de sua controlada EDE concluiu a aquisição de 100% das quotas da Faculdade Metropolitana dando continuidade à expansão no setor de educação superior. A Faculdade Metropolitana atua nas cidades de Marabá, Parauapebas e Paragominas, todas no estado do Pará.

Aprovação da Oferta Pública para aquisição e ações da Companhia

Em 22 de março de 2019, a CVM emitiu o Ofício Circular nº 87/2019, que delibera a concessão de oferta pública de aquisição de ações ("OPA" ou "Oferta") unificada, por alienação de controle, para cancelamento de registro e para saída do segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A., da controlada Somos Educação S.A., conforme a Lei nº 6.404/76 e a Instrução CVM nº 361/02, com a adoção de procedimento diferenciado, nos termos do art. 34 da referida Instrução, sob o nº CVM/SRE/OPA/ALI/2019/001.

Entre as deliberações estão: (i) modalidade única, por alienação de controle, para cancelamento de registro e para saída do segmento denominado novo mercado da B3 S.A.; (ii) ofertante SABER; (iii) as ações objeto da oferta contemplam até 69.853.431 ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo 63.107.811 ações em circulação; (iv) preço de 23,71, por ação ordinária da Companhia, atualizada nos termos do instrumento da OPA, sendo uma parcela à vista no valor de R\$ 21,37 e uma parcela retida, depositada em uma conta escrow, cujo pagamento é futuro e incerto, no valor de R\$ 2,34; e (v) o montante da operação é de R\$ 1.656.224.849,01 (considerando o valor de R\$ 23,71 por ação e a aquisição de todas as ações objeto da OPA);